

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIENCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**SUELLEN BARBOSA GALDINO**

**FOTOMEMÓRIA: Difusão cultural do arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba” na web**



**JOÃO PESSOA – PB  
2012**

**SUELLEN BARBOSA GALDINO**

**FOTOMEMÓRIA: Difusão cultural do arquivo fotográfico do Jornal Correio da Paraíba na web**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Ms. Maria José Cordeiro de Lima

**JOÃO PESSOA – PB  
2012**

G149f      Galdino, Suellen Barbosa.  
Fotomemória: difusão cultural do arquivo fotográfico do  
Jornal Correio da Paraíba na web. / Suellen Barbosa Galdino. –  
2012.  
96f. : il. color

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Arquivologia,  
2012.  
“Orientação: Profa. Ms. Maria José Cordeiro de Lima, Curso  
de Arquivologia”.

1. Arquivo fotográfico. 2. Difusão cultural de arquivo. 3.  
Difusão cultural na web. I. Título.

21. ed. CDD 026.770

**FOTOMEMÓRIA: Difusão cultural do arquivo fotográfico do Jornal Correio da Paraíba na web**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Aprovada, em 22 de novembro de 2012.



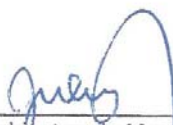
---

Profª. Ms. Maria José Cordeiro de Lima / UEPB  
Orientadora



---

Profª. Ms. Danilo de Sousa Ferreira / UEPB  
Examinador



---

Profª. Dr. José Washington de Moraes Medeiros / UEPB  
Examinador

***A Deus, por ter me presenteado com a vida e me concedido sabedoria para caminhar cada dia.***

***A minha família, em especial a minha mãe e ao meu esposo, pelo auxílio e orações, e por acreditarem que eu poderia chegar ao lugar mais alto que sonhasse alcançar...***

**DEDICO!**

## AGRADECIMENTOS

Deus, todo poderoso, és tão grandioso, mas diante da minha insignificância quero dedicar-te este trabalho, desenvolvido com muito esforço, sob a tua graça e pela tua infinita misericórdia.

Graças dou pela sabedoria que provém de Deus, que é a sabedoria perfeita, dada aos que a buscam em oração.

Sou grata a minha família, pelo apoio e valoração dos meus estudos, em especial minha amada mãe Solange, que me deu a vida e me proporcionou o conhecimento das primeiras vogais. Conduziu-me, do seu jeito, ao lugar que estou hoje e se orgulha com minhas vitórias; por cada degrau alcançado. Obrigada por ser minha mãe!

A meu cunhado, Julynaldo, que, no início da graduação, me concedeu utilizar o computador e priorizou os meus estudos em detrimento de suas necessidades. Minha sogra Juracy, sempre preocupada com meu bem estar e orgulhosa em ver minhas conquistas, por menores que fossem.

Grata ao meu amado esposo Jucynaldo, que sempre acreditou em mim, e me faz entender que sou capaz de alcançar meus sonhos, desde que estejam dentro da vontade de Deus. Ele me transmite calma e discernimento, o que me fazem perceber o valor de cada palavra escrita neste texto. A importância delas não está explícita na aparência das letras, mas subentendida no suor derramado, nas noites sem dormir, nas enxaquecas constantes e no conhecimento adquirido ao longo destes meses de leitura, pesquisa e produção.

Grata aos meus queridos professores, pelo empenho e dedicação no ensinar. Pelos valores transmitidos, que estão além da academia e ultrapassam as barreiras da universidade, alcançando a ética e o caráter que precisamos, como seres humanos e profissionais de arquivo.

A minha amada professora, mestre e amiga, Maria José (Mara), por suscitar em mim o amor pela pesquisa, em especial, pelas fotografias. Ela fez brotar em meu coração o desejo de ensinar, o que aprendi, através do seu empenho como professora de disciplinas, orientadora da monitoria, dos projetos de pesquisa e

extensão e, por fim, do trabalho de conclusão de curso (TCC), que é a finalização de mais um ciclo de minha vida. Mara, você possibilitou a minha inserção na pesquisa e me fez almejar a docência. A semente do conhecimento foi plantada, regada e tem germinado.

Aos professores Washington Medeiros e Danilo Ferreira, por aceitarem prontamente o convite para a Banca. Grata pela contribuição de cada um e por fazerem parte da finalização da primeira etapa de minha vida acadêmica.

Grata aos meus colegas de sala, pelas alegrias e tristezas compartilhadas. Em especial, agradeço ao meu gentil amigo Egberto, pelo apoio, diálogo, preocupação, cuidado, préstimos e pela amizade eterna.

Agradeço também a toda universidade, pelo zelo com os alunos; pelo trabalho diário, essenciais para a existência do aprendizado em sala de aula.

Meus sinceros agradecimentos ao “*Correio da Paraíba*”, jornal que sempre me abriu as portas para a pesquisa, em especial, a pessoa de Edinalva Figueiredo, que mostrou que arquivista verdadeiro é aquele que ama o que faz e leva a organização arquivística, até mesmo, para a vida pessoal. Obrigada, pela gentileza com que me receberam e mostraram o trabalho que realizam no arquivo fotográfico.

Minha gratidão ao colega de trabalho do IPHAEP, Luis Carlos Kehrlé, pela presteza e atenção. Obrigada, pela ajuda e por tornar esse trabalho uma realidade ainda mais esmerada.

A Thamara Duarte, corretora textual, que proporcionou uma escrita fluida e primorosa ao trabalho. Muito obrigada por me ajudar na finalização dessa etapa da minha vida.

**“Um lugar existiria, mesmo depois de demolido, se um animal, um passarinho ou um cavalo, por exemplo, continuasse a visitá-lo.”**

(Jorge Luís Borges, escritor)



## Resumo

O arquivo é um lugar que agrega um conjunto de documentos, criados ou recebidos por uma organização ou indivíduo, que os mantém ordenadamente e tem caráter especial, ou seja, guarda documentos em diferentes tipos de suportes. Um tipo de suporte que destacamos nesta pesquisa é o documento fotográfico. As fotos do acervo do jornal “Correio da Paraíba”, retratam aspectos da vida social da cidade de João Pessoa, em suas atividades e identidades culturais, tendo como categoria geral a cultura e como subcategorias as festas populares, as feiras livres e mercados públicos, além do patrimônio histórico. Com base nisso, este estudo objetivou projetar um plano de difusão cultural para o arquivo fotográfico da Instituição, partindo da hipótese de que a difusão cultural nesse arquivo contribui para disseminar a informação como instrumento de conhecimento e cidadania. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa e tipologia descritiva, exploratória e documental. A pesquisa mostrou que a necessidade de relação entre arquivo - usuário - web é essencial para a construção do conhecimento e disseminação da informação, por se tratar de uma ferramenta nova e de fácil acesso. Tomamos, pois, como instrumento de difusão a criação de um blog, intitulado de “FotoMemória”, que vai possibilitar tornar o patrimônio documental imagético do “Correio da Paraíba” conhecido e capaz de servir como formador da memória social da cidade. Deste modo, a difusão cultural amplia o processo de inserção da sociedade, no arquivo. E, ao mesmo tempo, através dos meios de comunicação, possibilita uma ampla disseminação da informação arquivística e da importância que tem esse lugar de memória, pois preserva o patrimônio documental da sociedade e que narra a história de épocas, vidas e acontecimento. Válida, assim, a hipótese da pesquisa.

**Palavras-chave:** Difusão cultural; Documento fotográfico; Jornal Correio da Paraíba; Blog.

## Resumen

El archivo es un lugar que agrega un conjunto de documentos, creados o recibidos por una organización o una persona, que los mantiene primorosamente y tiene un carácter especial, es decir, mantener los documentos en diferentes tipos de soportes. Un tipo de soporte que se destacan en esta investigación son los documentos fotográficos. Las fotografías de lo acervo del periódico “Correio da Paraíba”, representa los aspectos de la vida social en la ciudad de João Pessoa, en sus actividades e identidades culturales, teniendo como categoría general la cultura y como subcategorías las fiestas populares, las ferias y mercados públicos y el patrimonio histórico. Basado en esto, esta investigación objetivou diseñar un plan de difusión cultural para el archivo fotográfico de esta Institución, en el supuesto de que la difusión cultural en este archivo ayuda a difundir la información como instrumento de conocimiento y la ciudadanía. Metodológicamente, se trata de un enfoque empírico, cualitativo y tipología descriptiva, exploratoria y documental. La investigación mostró que la necesidad de relación entre el archivo - usuario - web es fundamental para la construcción del conocimiento y la difusión de la información, ya que es una herramienta nueva y de fácil acceso. Por lo tanto, tomamos como una herramienta para la difusión la creación de un blog, titulado FotoMemória, que permite hacer que las imágenes del patrimonio documental fotográfico del periódico “Correio da Paraíba”, conocido y capaz de servir como entrenador de la memoria social de la ciudad. Así, el proceso de la difusión cultural se extiende la inserción de la sociedad en el archivo al mismo tiempo a través de estos nuevos medios de comunicación permite una amplia difusión de la información de archivo y la importancia que este lugar tiene memoria, porque preserva el patrimonio documental de la sociedad, que cuenta la épocas de la historia, la vida y los acontecimientos. Valida, así, la hipótesis de la investigación.

**Palabras-clave:** Difusión cultural; Documento fotográfico; Periódico Correio da Paraíba; Blog.

## Lista de figuras

<b>Figura 1:</b> Reprodução de texto inaugural do jornal “Correio da Paraíba” .....	28
<b>Figura 2:</b> Modelo de comportamento informacional.....	43
<b>Figura 3:</b> Objetivos da ação cultural.....	60
<b>Figura 4:</b> Estrutura simples de um blog.....	68
<b>Figura 5:</b> Blog: FotoMemória.....	70

## Lista de fotos

<b>FOTO 1:</b> Carnaval – Índios (2002) .....	72
<b>FOTO 2:</b> Carnaval – Índios (2012) .....	72
<b>FOTO 3:</b> São João – Centro Histórico (2002).....	73
<b>FOTO 4:</b> São João – Centro Histórico (2002).....	73
<b>FOTO 5:</b> Festa das Neves (2007).....	74
<b>FOTO 6:</b> Festa das Neves (2012).....	74
<b>FOTO 7:</b> Natal – Missa de Natal Na Igreja Católica (2009).....	75
<b>FOTO 8:</b> Natal - Auto de Natal no Palácio da Redenção (2011).....	75
<b>FOTO 9:</b> Mercado de Mangabeira (2002).....	76
<b>FOTO 10:</b> Mercado de Mangabeira (2012).....	77
<b>FOTO 11:</b> Mercado Central (2005).....	77
<b>FOTO 12:</b> Mercado Central (2012).....	78
<b>FOTO 13:</b> Feira de Oitizeiro – Feira de Troca (2005).....	78
<b>FOTO 14:</b> Feira de Oitizeiro (2011).....	79
<b>FOTO 15:</b> Centro Histórico (2001).....	80
<b>FOTO 16:</b> Centro Histórico (2006).....	80
<b>FOTO 17:</b> Praça da Balaustrada em Jaguaribe (2002).....	81
<b>FOTO 18:</b> Praça da Balaustrada em Jaguaribe (2012).....	81
<b>FOTO 19:</b> Pavilhão do Chá (2009).....	82
<b>FOTO 20:</b> Pavilhão do Chá (2012).....	82

## Lista de quadros

<b>Quadro 1:</b> Novos usos dos arquivos.....	33
<b>Quadro 2:</b> Visões dos autores acerca das funções desenvolvidas pelo arquivo....	34
<b>Quadro 3:</b> Arquivística Tradicional X Pós-Moderna.....	42
<b>Quadro 4:</b> Fases desenvolvidas para o arquivamento de fotografias.....	50

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**APESP:** Arquivo Público do Estado de São Paulo

**CONARQ:** Conselho Nacional de Arquivos

**DC:** Difusão Cultural

**JCPB:** Jornal Correio da Paraíba

**JP:** João Pessoa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS</b> .....	<b>20</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	20
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO .....	22
2.3 OBJETIVOS .....	24
<b>2.3.1 Objetivos gerais</b> .....	<b>24</b>
<b>2.3.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>24</b>
2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM .....	24
2.5 CAMPO EMPÍRICO .....	27
2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	28
<b>3 ARQUIVO, MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E USUÁRIO</b> .....	<b>30</b>
3.1 FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS .....	32
<b>3.1.1 Função cultural do arquivo</b> .....	<b>35</b>
3.2 O ARQUIVO COMO LUGAR DE MEMÓRIA E PARIMÔNIO CULTURAL DA SOCIEDADE .....	36
3.3 INFORMAÇÃO: CUSTODIAL E PÓS-CUSTODIAL .....	39
3.4 USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: REAIS E POTENCIAIS .....	43
<b>4 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E FOTOJORNALISMO: ENTRE A NOTICIA E O ARQUIVO</b> .....	<b>46</b>
4.1 ARQUIVOS ESPECIAIS: DOCUMENTOS IMAGÉTICOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO .....	48
4.2 A FOTOGRIA JORNALÍSTIC COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO .....	52
<b>5 DIFUSÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVISTICA</b> .....	<b>56</b>
5.1 DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS .....	57
5.2 DIFUSÃO EM REDE: FACILIDADES ADVINDAS COM A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	61
5.3 O PAPEL DO ARQUIVISTA DIANTE DESSAS NOVAS PRATICAS INFORMACIONAIS .....	63

<b>6 DIFUSÃO CULTURAL DO JORNAL CORREO DA PARAÍBA NA WEB .....</b>	<b>66</b>
6.1 BLOG COMO FERRAMENTA DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	66
6.2 FOTOMEMÓRIA: INTERAÇÃO, FOTOGRAFIA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA .....	69

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
-------------------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
--------------------------	-----------

## **APÊNDICES**



## 1 INTRODUÇÃO

A Arquivística moderna e os profissionais de arquivo têm convivido com novos desafios no que tange ao uso e à disseminação da informação. As novas tecnologias da informação ampliaram as possibilidades de busca pela informação, mas a sociedade tem estado, em parte, “apática” ao uso dos arquivos como facilitadores informacionais.

“Desde o início do século XIX que os arquivistas começaram a sentir que a difusão dos arquivos lhes dizia respeito, difusão essa que assumiu diversas formas como a cópia, a reprodução e a exposição temática de documentos”. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 51).

Para Díaz (2010), difundir é tornar conhecidos os fundos ou recursos de um serviço. Nesse sentido, entram as atividades culturais convencionais com um sentido informativo, sendo as mais comuns as publicações impressas ou exposições documentais.

De acordo com García (2011), na Espanha, nos últimos 30 anos, tem ocorrido uma evolução no mundo dos centros arquivísticos, havendo uma adaptação às tecnologias, repercutindo em um serviço ao usuário melhor e mais amplo. As atividades sociais abrangem: de palestras a exposições e empréstimos, sendo este último realizado seguindo as normas e aprovações.

Já em relação ao Brasil, podemos perceber - mediante pesquisas na literatura da área e, em acordo com Barbosa e Silva (2012), - que a realização da difusão cultural não é nova, entretanto, é realizada por meio de atividade editorial nos arquivos, sobretudo nos públicos. Essa atividade cumpriu, em diferentes momentos, diversas funções: a edificação da história pátria, preservação documental, instrumentalização da pesquisa e acesso democratizado às fontes. As inquietações com a difusão da memória regional, por meio das publicações, também podem ser verificadas nos estados do Rio Grande do Sul, que lançou o primeiro número de sua revista em 1920; e Pernambuco, que teve a “Revista do Arquivo Público de Pernambuco”, em 1946, que tinha a finalidade de divulgação de textos inéditos e a difusão de assuntos históricos e afins.

A difusão cultural (DC), nos arquivos públicos, é realizada com vistas a popularizar o arquivo, buscando tornar um acervo específico conhecido e, muitas

vezes, histórico e organizacional e/ou de um acervo fotográfico de uma determinada época vivida pelo país.

É possível ponderar que as atividades de cunho cultural são realizadas com a preocupação de levar, ao conhecimento de um grande número de indivíduos, a existência de uma atividade ou de um serviço. Diante dessa perspectiva é que nosso estudo se propôs a abordar a difusão cultural no arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba”.

Partindo desse pressuposto, trabalhamos a difusão cultural em um arquivo privado, procurando salientar a importância da função cultural dos arquivos para as instituições privadas e possibilitando a disseminação do acervo que preserva a memória social. Entendemos que a Instituição tem uma preocupação com a sociedade, sendo mais um pressuposto para a realização da difusão cultural do acervo fotográfico.

O arquivo tem caráter especial, ou seja, guarda documentos em diferentes tipos de suportes. No caso dos documentos imagéticos do “Correio da Paraíba”, eles retratam aspectos da vida social da cidade de João Pessoa, em suas atividades e identidades culturais.

O estudo objetivou a projeção de um plano de difusão cultural para o arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba” (JCPB), com vistas a propor a realização de um evento de ordem cultural, que vai possibilitar ao arquivo ser de conhecimento da população, partindo da seguinte hipótese: a difusão cultural no arquivo do JCPB irá contribuir para disseminar a informação, como instrumento de conhecimento e cidadania.

A ideia da pesquisa partiu, inicialmente, da procura por uma temática que estivesse relacionada com trabalhos anteriores, o projeto de iniciação científica<sup>1</sup> “A Escrita da Luz – A Narrativa da Memória Cultural nos arquivos fotográficos dos jornais Impressos da Cidade de João Pessoa”. Ampliou-se, em seguida, através das leituras a respeito da temática e do desejo de fazer com que a sociedade possa ter conhecimento e interesse pelos arquivos, pois a população é a maior interessada na preservação das memórias, como construtora da História.

---

<sup>1</sup> O projeto de Pesquisa – PIBIC trabalhou com o arquivo fotográfico de duas instituições jornalísticas da cidade de João Pessoa (PB) - “Jornal da Paraíba” e “Correio da Paraíba” - e teve duração de um ano.

A pesquisa proporcionou, como profissional de arquivo, divulgar à comunidade o conhecimento do equipamento cultural, através da difusão cultural, e também levar a que seja reconhecido na sociedade por sua credibilidade e preocupação com os usuários. Entender a proposta da difusão nos levará a ter uma maior sensibilidade quanto à necessidade da disseminação da informação perante à sociedade: esta, muitas vezes, encontra-se à margem da realidade informacional.

Na Arquivologia, é de grande relevância as discussões sobre a temática da difusão cultural, tendo em vista a urgência de pesquisas e de produções acadêmicas sobre o assunto, no intuito de conceder aos arquivos uma maior visibilidade e fomentar, nos arquivistas, o desejo de pensar a função cultural dos arquivos.

Com isso, a sociedade tem a possibilidade de um novo caminho para percorrer em busca do conhecimento, tendo em vista as diversas necessidades informacionais de cada indivíduo. À medida que a comunidade adentra o arquivo, ele se torna popular. Os visitantes levam amigos e parentes que, posteriormente, podem retornar levando junto os familiares. Dessa forma, a difusão pode fazer com que o simples cidadão se torne um usuário assíduo do arquivo, mesmo que seja para uma simples visita.

Nessa perspectiva, abordamos a difusão em ambiente digital, que é um grande facilitador da disseminação da informação na contemporaneidade. Procuramos entender quem são os usuários reais e potências do arquivo e qual o papel do arquivista diante da nova realidade de acesso à informação.

Pretendemos realizar a difusão por meio de um blog, com o intuito de levar a sociedade a conhecer a sua memória através das imagens do jornal “Correio da Paraíba”. A ideia é possibilitar a interação dos usuários com o arquivo, permitindo o download de algumas fotografias autorizadas pela empresa jornalística, colocando-se, ainda, um espaço para que as pessoas postem suas memórias fotográficas, o que gera uma troca de informações entre a rede de amigos do blog. Para o desenvolvimento dessa atividade, selecionamos categorias de imagens, que possibilitam, em alguns aspectos, a recuperação da memória social.

No primeiro capítulo da monografia, trazemos uma discussão acerca de quatro pilares que embasam a escolha do tema da pesquisa: o arquivo, a memória, a informação e o usuário. Logo buscamos compreender cada um, com suas especificidades, e depois os atrelamos, para poder, mais à frente, construir uma concepção acerca da difusão cultural em arquivos.

No capítulo seguinte, partimos para uma análise conceitual do documento imagético e do fotojornalismo, pois esses documentos carregam uma parte da História de João Pessoa.

Com relação à difusão cultural buscamos um cabedal científico, que nos proporcionou um amplo entendimento do assunto e do que está envolvido na realização de uma atividade de tamanha importância para o arquivo e para a sociedade, interessados em conhecer o patrimônio documental da cidade.

Por fim, apresentamos a proposta do blog como meio de difusão do acervo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba”. Para tanto, buscamos visualizar os meandros de um blog: anteriormente, funcionava como um diário de caráter privado, passando, posteriormente, a ser digital e público.

Encerramos com as considerações finais, fazendo uma análise do que foi tratado e da necessidade da realização da difusão. Dessa forma, visualizamos a relevância da informação para nós pesquisadores. Para a Instituição, que agrega valores, a sua existência. E ainda para a sociedade, que enriquece em conhecimento e construção de sua história.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Uma pesquisa pode ser classificada em três formas distintas: teórica, empírica e experimental.

A pesquisa teórica, segundo Rodrigues (2007, p. 41, 42),

é o estudo que procura estabelecer um sistema coerente de proposições sobre uma zona da realidade [...] é um conjunto de declarações sobre o real [...] uma explicação dos fatos [...] a teoria procura estabelecer relações funcionais entre variáveis. A pesquisa teórica não busca a solução de problemas práticos, mas a compreensão d realidade, ou a sua explicação, ou simplesmente descrevê-la.

Já a pesquisa empírica, segundo Rodrigues (2007, p. 42), “é uma investigação que busca soluções práticas para problemas concretos”. No tocante à experimental, de acordo com o mesmo autor, ela “é uma experimentação, artificialmente provocada pelo pesquisador, e tem os fatores associados ao fenômeno controlado pelo estudioso”.

Assim sendo, as abordagens da pesquisa podem ser: qualitativa, quantitativa e quanti-qualitativa. Como qualitativa Richardson (1999), “considera a abordagem da pesquisa qualitativa como uma opção do investigador e é justificada por ser uma forma correta de entendimento da natureza do fenômeno social”. Já para Rodrigues (2007, p. 38),

qualitativa é a pesquisa que – predominantemente – pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões.

A pesquisa quantitativa é “aquela investigação que se apoia predominantemente em dados estatísticos” (RODRIGUES, 2007, p. 34). E a quanti-qualitativa é a pesquisa que utiliza os dois métodos: une a análise estatística com a análise e interpretação dos dados.

A pesquisa justifica-se como empírica pelo seu caráter prático. O que não significa dizer que ela não é fundamentada na pesquisa teórica, pois ambas se complementam. Já com relação à abordagem da pesquisa, classifica-se como

qualitativa devido à necessidade de análise dos dados referentes ao arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba”.

No que tange aos tipos da pesquisa, temos uma gama de possibilidades. Rodrigues (2007) elenca alguns:

- Pesquisa exploratória: pesquisa cuja finalidade é descortinar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto;
- Pesquisa analítica: estudo minucioso, voltado para detalhes;
- Pesquisa descritiva: estudo que apresenta informações, dados [...] dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, [...];
- Pesquisa explicativa: busca relações do tipo causa e efeito;
- Pesquisa compreensiva: busca o significado da ação social observada, constituindo-se num exercício de hermenêutica.

No entanto, chegou-se à conclusão de que a pesquisa é explicitada como descritiva, exploratória e documental, tendo em vista as características do objeto de estudo e a necessidade de explorar e descrever o objeto. Logo, Rodrigues (2007, p. 29) esclarece o que vem a ser a pesquisa descritiva.

Descritivo é o estudo que apresenta informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidade, indicando possíveis regularidades ou irregularidades, mensurando, classificando segundo semelhanças e diferenças, situando-o conforme as circunstâncias.

Quanto à pesquisa exploratória, ela é definida por Richardson (1999) como aquela que procura reunir informações gerais a respeito do objeto. Esse tipo de pesquisa será utilizado para reunir informações acerca do objeto de estudo, que é a difusão cultural e também sobre o local da pesquisa.

Como terceiro tipo, tem-se a pesquisa documental, que se utiliza de informações contidas em documentos. Logo, entende-se documento como informações contidas em diversos suportes, que não seja unicamente o documento escrito em papel. Nesse sentido, Figueiredo (Apud SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 5) explica que:

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica tem o documento como objeto de investigação. No entanto o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são usados como fontes de informação, [...].

Essa citação é de grande valia para esse estudo, pois se vale de documentos imagéticos como ponte de ligação entre o acervo da instituição de caráter privado e os cidadãos, enquanto participantes diretos da construção da sua própria memória e da cidade de João Pessoa.

## 2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

As sociedades atuais têm convivido com uma nova realidade: a do direito à informação, onde são discutidas políticas de acesso, acessibilidade aos locais físicos e lei de acesso à informação. Entretanto, há uma dissonância entre o discurso e a realidade de acesso aos arquivos. Será que nossos arquivos estão preparados para promover o acesso? Será que o cidadão sabe dos seus direitos de acesso à informação? São questões a serem pensadas e aperfeiçoadas, para que tenhamos realmente uma sociedade com acesso aos documentos de arquivo.

Partindo dessas questões é necessário pensar em maneiras de tornar o arquivo conhecido e disponível ao cidadão. Logo, é necessário que o arquivo e os arquivistas estejam preparados para possibilitar esse acesso. É imprescindível criar mecanismos de disseminação do arquivo, sendo que a difusão cultural (DC) é a atividade ideal para promover a vinculação entre arquivo e sociedade.

Mediante análise das literaturas que tratam desse assunto, ficou claro que a difusão cultural nos arquivos é pouco realizada nas instituições do Brasil. Isso ocorre por inúmeros fatores: desde a falta de conscientização dos gestores, que têm pouco interesse em tornar o arquivo conhecido, até fatores financeiros, pois o arquivo muitas vezes não tem nenhum tipo de ajuda de custo ou recursos próprios para promover eventos de cunho cultural.

De acordo com Bellotto (2006), no Brasil, as atividades culturais já produzidas nas instituições de arquivo são: debates, palestras e lançamento de obras. Ainda estamos distante da realidade vivida em vários países, no entanto, temos um

exemplo salutar, que é vivido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). O equipamento cultural realiza várias atividades sociais e vive a função cultural no seu dia a dia, produzindo ações educativas, visitas guiadas, exposições físicas e digitais, além da divulgação em rede.

Nessa perspectiva, conforme o site do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, a região Nordeste possui quatro cursos de arquivologia, sendo dois na Paraíba, um na Bahia e o mais recente no Maranhão, que necessitam pensar e discutir os meandros dessa função social do arquivo, que muitas vezes é deixada de lado. A produção acadêmica contribui para que essas discussões sejam colocadas em prática e perpassem as barreiras impostas, por vários fatores, como a falta de diálogo dos gestores com os arquivistas e vice-versa. Com essa consciência, o arquivista chegará ao mercado de trabalho conhecendo a importância da difusão cultural e se sentindo instigado a realizar atividades culturais dessa natureza.

A lacuna existente acerca dessa temática precisa ser preenchida o quanto antes, tendo em vista a urgência da disseminação da informação e a necessidade do indivíduo em exercer sua cidadania, através da cultura e da busca pela informação preservadas nos arquivos, mas que ainda é pouco difundida.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi propor um plano de difusão cultural para o arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba” (JCPB), na busca de levar esse acervo ao conhecimento da comunidade e incitando nos cidadãos o interesse pelo arquivo como sendo algo que faz parte de suas vidas. O acervo de documentos imagéticos preserva, em suas imagens, a memória de épocas distintas e de uma diversidade cultural abrangente. Nesse caso específico, a difusão vem ser realizada mediante um blog, que, por sua vez, é divulgado na rede social facebook.

Vários trabalhos têm sido produzidos, tratando da difusão cultural em arquivos, discutindo a sua importância e as formas como são elaboradas e realizadas: entre eles, o de Bellotto (2002; 2006), Cuz Mundet (2001) e uma gama de outros autores espanhóis, além de arquivistas como Santos (2010), que desenvolveu trabalho de conclusão de curso sobre essa temática. Portanto, nesta pesquisa, discutimos os conceitos de difusão cultural, buscando compreender a função cultural dos arquivos e tendo como desafios abordar as questões posteriores à difusão (a qual foi nomeada de pós-difusão) e a sua realização em ambiente digital.



A pós-difusão é tratada no sentido de entender como ocorre a disseminação informacional após a execução de uma atividade cultural dessa amplitude. Assim, é importante avaliar o retorno que o arquivo vai ter da sociedade e a continuação que vai dar às atividades após a difusão. Os frutos dessa atividade serão alcançados diariamente, à medida que os cidadãos retornam e passam a ser um caminho para outras pessoas possam ter o primeiro contato com o arquivo.

Diante deste contexto, esperamos responder à seguinte questão de pesquisa: Como é possível propiciar difusão cultural para o arquivo do jornal “Correio da Paraíba”?

## 2.3 OBJETIVOS

### 2.3.1 Objetivo Geral

Projetar um plano de difusão cultural para o arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba”.

### 2.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender os principais conceitos norteadores da pesquisa, tais como: arquivo, memória, informação, fotografia, fotojornalismo, difusão cultural
- Estabelecer categorias para seleção das imagens que retratem a memória cultura da cidade de João Pessoa
- Estruturar um blog de difusão do acervo imagético
- Descrever a estrutura do acervo.

## 2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

O universo de uma pesquisa é compreendido como sendo a reunião de elementos que possuem características em comum. Nesse sentido, Richardson

(1999) explica que o universo, também conhecido como população, pode ser definido como sendo um conjunto de seres humanos que convivem em um mesmo lugar, e/ou que guardem relações entre si. Já para Marconi e Lakatos (2005, p. 225), “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...]”.

O universo estudado é composto pelas fotografias do arquivo digital do jornal “Correio da Paraíba”, que contempla cerca de 500.000 (quinhentas mil) fotografias digitais, com data limite de acumulação desde 2002.

Neste sentido, partimos de uma análise anterior, realizada no projeto, “A Escrita da Luz - A narrativa da memória cultural nos fotográficos dos jornais impressos da cidade de João Pessoa/PB”. Para a realização da descrição, bem como para seleção das fotografias, foram estabelecidas as seguintes categorias: religião, festas populares, eventos culturais, o próprio jornal como elemento de cultura e a cidade de João Pessoa (imagens antigas e recentes).

Diante dessas divisões, selecionamos como categoria geral a “cultura”, para melhor representar a memória da sociedade, tendo em vista que ela abrange desde festas populares até práticas culturais da sociedade. A partir daí, selecionamos as seguintes subcategorias: festas populares (Carnaval, São João, Festa das Neves e Natal), feiras livres e mercados públicos e, por último, o patrimônio histórico. Foi selecionada uma amostra de 93 imagens, em um universo de aproximadamente 500.000, sendo a amostragem de 20 fotografias.

O critério usado para fazer esse recorte temporal foi o fato das imagens (datadas de 2002 até o presente momento) estarem em acervo digital. Elas nascem digitais e permanecem em mídia digital.

Sentimos a necessidade de inserir nesse recorte temporal o ano de 2012, para poder compreender as mudanças sociais, dentro dos aspectos de cada categoria.

No que se refere à amostragem, mencionamos Marconi e Lakatos (2005, p. 225), que tratam a amostragem da seguinte maneira:

[...] O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível de todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada.

Com relação à amostra, podemos dizer que uma parte da população estudada é usada como representação de um todo, possibilitando uma certificação acerca do universo analisado. Nesta pesquisa, a amostra será uma parcela das fotografias, analisadas e discutidas, com vistas a conhecer a importância delas para a memória da sociedade.

Para Richardson (1999, p. 158), amostra é “qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população”. Enquanto que Marconi e Lakatos (2005) pontuam que a amostra é uma parcela favoravelmente selecionada da população.

Portanto, compreendemos, de acordo com Richardson (1999), que a amostra é dividida em dois grupos: amostras probabilísticas e amostras não probabilísticas. Na probabilística, todos os sujeitos têm probabilidades iguais de serem selecionados.

Referente às amostras não probabilísticas, elas são as mais fáceis de compor. “Sua qualidade, contudo, é desigual e a generalização das conclusões mostra-se delicada, principalmente porque é impossível medir o erro de amostragem”. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 170).

Richardson (1999) afirma que na amostra não probabilística os sujeitos são escolhidos por critérios pré-selecionados. O grupo de amostragem é subdividido em acidental ou intencional.

Deste modo, “amostra acidental é um subconjunto da população formado pelos elementos que se pôde obter, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo”. (RICHARDSON, 1999, p. 160).

Como amostra intencional, Richardson (1999, p. 161) explica que.

Os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam a população, é necessário assegurar a presença do sujeito-tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se representativa do universo. [...].

O tipo de amostragem selecionado neste estudo foi a não probabilística. Para a pesquisa utilizou-se a intencional ou de seleção racional. Essa escolha ocorreu pelo fato de se ter a necessidade de conhecer a memória da comunidade, mediante suas ações culturais e a relação direta com a cultura.

## 2.5 CAMPO EMPÍRICO

De acordo com Araújo (1986), o “Correio da Paraíba” foi fundado em cinco de agosto de 1953, pelo deputado Teotônio Neto. O título do jornal foi dado por seu primeiro diretor, Afonso Pereira, também colaborador do jornal em sua primeira fase.

Até 1968, o Correio “era o melhor jornal da Paraíba em termos de independência político-ideológica”. (ARAÚJO, 1983, p. 291). Segundo a autora, o então diretor, Soares Madruga (que assinou a colona política por 16 anos), contou, em entrevista, que “a queda da qualidade é atribuída a fatores econômicos”. O jornal “Correio da Paraíba”, assim como os demais, também passou pela censura.

Araújo (1983, p. 290) relata a história do jornal, desde sua gênese até o início da década de 1980. Nessas linhas sobre a memória do jornal, um trecho nos chama a atenção:

Por toda a década de 60, mesmo nos momentos mais cruciais de amordaçamento à imprensa, por parte do poder militarista instalado com a Revolução de 31 de março de 1964, o Correio da Paraíba foi exemplar em seu comportamento. Se não podia “gritar”, também não se “encolhia”. Tampouco parecia está a venda ou a serviço da ditadura armada.

No dia primeiro de janeiro de 1980, o “Correio da Paraíba” ultrapassou algumas dificuldades e ressurgiu como propriedade do grupo Alberto Barreto e José Fernandes Neto.

A princípio, a sede era localizada na Rua Barão do Triunfo e sua periodicidade era semanal. Mas, devido à grande aceitação do público leitor paraibano o jornal passou em poucos meses a ser diário.

O arquivo fotográfico do jornal reúne documentos imagéticos desde sua fundação, em 05 de agosto de 1953, passando a ser um acervo totalmente digital a partir de 2002: desde então, a imagem nasce digital e permanece preservada em suporte também digital.

Abaixo a Fac-símile do número inaugural do “Correio da Paraíba”, de 1953.

FIGURA 1: Reprodução de texto inaugural do jornal “Correio da Paraíba”



FONTE: Araújo (1986).

Atualmente, o arquivo fotográfico digital conta com duas funcionárias. O jornal está localizado na Av. Dom Pedro II, 623, João Pessoa, e funciona de segunda-feira à segunda-feira. A visita para pesquisa do arquivo ocorre de segunda à sexta-feira, das 08h30 às 17h00, sendo necessário o agendamento com antecedência e em consonância com a aprovação do motivo da visita.

## 2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados contribuem na obtenção de informação acerca de indivíduos ou de um lugar que esteja sendo pesquisado.

Assim sendo, para Laville e Dionne (1999, p. 175-176), os instrumentos de coleta de dados são discutidos da seguinte forma:

Para coletar informações a propósito de fenômenos humanos, o pesquisador pode, segundo a natureza do fenômeno e a de suas

preocupações de pesquisa, ou consultar documentos sobre a questão, ou encontrar essa informação observando próprio fenômeno, ou ainda interrogar pessoas que o conhecem.

Sendo a escolha de um ou mais instrumentos de coleta de dados uma etapa a ser seguida para a realização do estudo, Minayo (2012, p. 49) afirma que “é importante lembrar que, ao escolher certa técnica, o pesquisador produzirá os dados num determinado molde, valorizando esta ou aquela forma de linguagem”.

Nessa mesma análise sobre os instrumentos de pesquisa, Richardson (1999) reflete acerca da validade desse instrumento, explicando que sua validade está relacionada com a medição do objetivo da pesquisa e também com sua confiabilidade.

De tal modo, esse estudo utilizou, como instrumento de coleta de dados, a entrevista. O instrumento visava uma compreensão do indivíduo entrevistado, sendo essa uma prática bastante interativa, pelo fato de proporcionar uma comunicação e aproximação direta entre as pessoas.

“Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, [...]”. (MINAYO, 2012, p. 64).

Para Marconi e Lakatos (2008), a entrevista é um encontro entre duas pessoas para obtenção de informações acerca de um assunto específico, através de um diálogo de natureza profissional. É um método usado na coleta de dados e ajuda no tratamento de uma determinada dificuldade social.

Sendo o objetivo geral da pesquisa a projeção de um plano de difusão cultural para o arquivo fotográfico do jornal “Correio da Paraíba”, o tipo de entrevista usado foi a não estruturada, levando-se em consideração a necessidade que a pesquisa exige, de uma conversa mais aberta, para poder, então, ter um conhecimento do acervo e de como é realizada a disseminação dessas informações de cunho cultural.

A entrevista não estruturada pode possibilitar informações mais detalhadas acerca do objeto de estudo. Isso não significa que os demais instrumentos não o façam, mas, neste estudo, viabilizará um número maior de informações, pois estará em questão, além das respostas, o comportamento do entrevistado e o ambiente onde está inserido o arquivo.

### 3 ARQUIVO, MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E USUÁRIO

O arquivo é um conjunto de documentos, criados ou recebidos por uma organização ou por um indivíduo, que os mantém de forma ordenada como sendo uma fonte de informação para o cumprimento de suas atividades administrativas. Os documentos resguardados por esse lugar de memória podem ser de diversos tipos e estarem em suporte físico ou digital.

Assim, Nora (1993, p. 13) assegura que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Logo, fica evidente que o arquivo está atrelado à memória, e vice-versa. Não é preciso que se busque a memória nos arquivos: é natural que um esteja para o outro, assim como a informação esteja para o usuário.

Com relação às instituições mantenedoras dos arquivos, elas podem ser públicas, institucionais, comerciais e pessoais. Já se tratando do termo arquivo, ele pode se referir ao conjunto de documentos, ao móvel que os condiciona e, ainda, ao arquivo como instituição:

Designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a qualificação respectiva, como, por exemplo, arquivo audiovisual, fotográfico, iconográfico, de microformas, informático; O prédio ou uma de suas partes, onde são guardados os conjuntos arquivísticos; Unidade administrativa cuja função é a de reunir, ordenar, guardar e dispor para o uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticas; Móvel destinado à guarda de documentos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986, p.12).

Referente ao significado da palavra arquivo, Rousseau e Couture (1998) explicam que ela vem do grego archeion. Os autores ainda falam que na Grécia Antiga o termo designava palácio do governo, setor de documentos, depósito de documentos originais, sendo que o prefixo arch denota autoridade, comando.

Com relação ao surgimento dos arquivos, Rondinelli (2005, p.40) pontua que:

O nascimento dos arquivos remonta à Antiguidade, quando urgiram os primeiros documentos resultantes de atividades exercidas pelo poder constituído. Entretanto, embora tenham surgido já com as civilizações antigas da Ásia Menor, e no Ocidente, mais precisamente a partir da segunda metade do século XVIII, que a história dos arquivos e da arquivologia registra cinco momentos significativos.

Em destaque, temos abaixo quais são esses cinco momentos que Rondinelli (2005) aponta em seu texto:

- a) Refere-se à criação do Arquivo Nacional da França, em 1789, como arquivo da Assembleia Nacional.
- b) Criação em 1821, na França, da *École Nationale de Chartes*, que fortaleceu a arquivologia como uma ciência auxiliar da História.
- c) Na França, medida administrativa que alterou para sempre o tratamento dos arquivos.
- d) Final da II Guerra Mundial – aumento do volume de documentos produzidos pelas instituições públicas leva a necessidade de racionalizar a produção e o tratamento. Daí surge o conceito de gestão de documentos, que por sua vez restaura e dinamiza a concepção dos arquivos como instrumento de facilitação da administração.
- e) Conceito de ciclo vital de documentos – provoca uma cisão profissional, *records manager*.

Nessa breve contextualização acerca da gênese dos arquivos, podemos perceber que cada ponto citado marca a história da arquivologia, pois são eles que acrescentam valores e modificações à profissão e ao modo de fazer, ou seja, a técnica e a teoria.

De acordo com Jardim (1995), as instituições de arquivo público no Brasil apresentam aspectos comuns no que tange às características fundamentais, pois são organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e o acesso de documentos correntes e intermediários na administração que os criou.

Assim sendo, podemos enxergar que, em sua maioria, os arquivos estão preocupados, ainda, em servir apenas à administração, enquanto que o serviço aos usuários sempre é deixado para ser pensado quando o documento chega à fase permanente.



### 3.1 FUNÇÕES ARQUIVISTICAS

O arquivo administrativo, também conhecido como arquivo corrente, é aquele onde os documentos são consultados com bastante frequência, devido o seu valor funcional. Já no arquivo intermediário estão os documentos que são provenientes do arquivo corrente, mas os documentos já não têm tanto uso. Por último, temos o arquivo permanente, onde estão os documentos que não possuem mais valor administrativo, devido ao “desuso”, e são conservados em função do seu valor historio/ cultural e informacional.

Neste sentido, podemos visualizar que a informação só adquire um “valor cultural” quando chega ao arquivo permanente. Logo, podemos questionar: se os documentos que já nascem com valor de guarda permanente, desde a sua produção, se eles já não teriam valor cultural.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 122),

[...] o que justifica ou aquilo em que se baseia o tratamento dos arquivos para fins culturais, patrimoniais ou de investigação, é a sua qualidade de testemunho. Esses documentos provam a existência do objeto de qualquer reconstituição e a fidelidade desta em relação à realidade evocada.

Dessa forma, é necessário compreender que o valor de pesquisa e o valor cultural do arquivo deveriam existir desde sua produção, assim como a necessidade de preservação do acervo, que deve ocorrer desde a gênese documental, para que as demais atividades tenham sentido, pois, se não houver uma informação preservada, qual o sentido de organizar e classificar um acervo onde a informação não está preservada.

Segundo Zapata (2002), o processo de evolução de desenvolvimento do arquivo tem se dado de forma emergente, em diferentes tipos de informação conservada nos arquivos, os quais não têm recebido o mesmo tratamento ou importância que os usos tradicionais. Assim, ele agrupa, como está revelado no quadro a seguir, os seguintes usos:

**QUADRO 1:** Novos usos dos arquivos

<b>USOS DOS ARQUIVOS</b>	<b>Sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação</li> <li>• Democracia</li> <li>• Consolidação de valores</li> <li>• Literatura</li> </ul>
	<b>Técnicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado de arte de desenvolvimento da ciência e da técnica.</li> </ul>
	<b>Científicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigação em sociologia</li> <li>• Estudos psicossociais</li> <li>• Estudos forenses</li> <li>• Investigação em ciências</li> </ul>
	<b>Comerciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de documentários</li> <li>• Publicidade</li> <li>• Realização de cinema, radio e TV</li> <li>• Turismo</li> </ul>

**FONTE:** Zapata (2002 - Tradução nossa).

Por conseguinte, compreendemos que o arquivo - mesmo surgindo para atender à administração - é utilizado para fins diversos, que vão desde a ciência até a necessidade singular da população, que nem tem conhecimento da existência dos arquivos e de sua importância para construção de sua história e de suas memórias, sejam elas individuais ou coletivas.

O arquivo tem como funções o recolhimento, a custódia, a preservação, a organização dos fundos documentais e a difusão das informações documentais. Bellotto (2006) afirma, inclusive, que o arquivo que vai além dessas competências, que é o que alimenta sua criação e desenvolvimento, executa outra atividade de caráter secundário, o que possibilita as formas sociais do arquivo e lhe impulsiona ao conhecimento da comunidade. Nesse caso, especificamente, a autora está se referindo às atividades de cunho cultural do arquivo.

Schellenberg (2006) discute sobre as razões que levaram a França, a Inglaterra e os EUA a criarem seus arquivos, e afirma que a primeira razão foi a necessidade prática de incrementar a eficiência do governo e, em segundo plano, coloca a ordem cultural, que antecipa o interesse pessoal.

Contudo, é de suma importância destacar que, mesmo sendo a função administrativa do arquivo a primordial, não significa que a cultural esteja em outra

posição de importância. A função cultural do arquivo pode ser vista em paralelo com a administrativa, porém, devemos levar em consideração a fala de Bellotto (2006, p. 227):

[...] Nenhum arquivo público sobrevirá em prestígio e em dotação orçamentária, se esquecer dessa máxima. Não alcançara a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural, onde bem sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições.

A função cultural está associada à busca pela inserção do arquivo na sociedade. Por esse motivo, entendemos ter ele também função de ordem primária, tendo em vista que não adiantaria ter um arquivo em uma ótima dimensão estrutural e não ter usuários para realizar pesquisas e utilizar as atividades disponíveis.

Conseqüentemente, na busca pelo entendimento das funções desenvolvidas pelo arquivo, procuramos agregar os conceitos de vários autores, para facilitar a nossa compreensão a respeito de cada função arquivística e especificamente, mais a frente, da função cultural do arquivo. Para tanto, segue abaixo o quadro 2, com esses conceitos.

**QUADRO 2:** Visões dos autores acerca das funções desenvolvidas pelo arquivo

Autor/Ano	Funções desenvolvidas pelo arquivo
<b>Bellotto (2002)</b>	Reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações.
<b>Bellotto (2006)</b>	Recolher, custodiar, preservar e organizar.
<b>Cruz Mundet (2001)</b>	Organizar e disponibilizar a documentação administrativa; assegurar a transferência periódica dos documentos; aplicar os princípios e técnicas modernas de avaliação; classificar os fundos e manter ordenada; descrever a documentação para depois torná-la de fácil acesso; instalação adequada de documentos visando sua conservação; assegurar que essas funções sejam regulamentadas.
<b>Paes (2004)</b>	Tem como função básica tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.
<b>Rousseau e Couture (1998)</b>	Criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.
<b>Zapata (2002)</b>	Fonte de investigação para a história; fonte de apoio à administração; preservação ou (proteção) das estruturas de poder.

**FONTE:** Dados da pesquisa.

O quadro 2, faz um apanhado das funções desenvolvidas pelo arquivo, na visão de cinco autores, no entanto são apontadas seis, pelo fato de Bellotto 2002 e 2006 trazerem distinções. Logo, é possível identificar os seguintes fatores: a função organização é vista três vezes; a preservação está presente quatro vezes, enquanto o acesso é visto nas seis visões, estando um tanto quanto implícito em Zapata (2002).

Entretanto, é imprescindível mencionar o fato de que a preocupação com a função cultural do arquivo não é tão visível quanto deveria ser. Rosseau e Coutue são os únicos que tratam abertamente o fato da função cultural dos arquivos: não que os demais não o façam, mas é nítido que a função social é muitas vezes esquecida ou tratada como uma atividade; não como uma função.

Talvez seja mais fácil considerar a função cultural do arquivo como sendo uma atividade secundária. No entanto, é essa “atividade” que proporciona o uso dos arquivos pelo usuário externo, pois, de que adiantaria ter um arquivo organizado, mas sem uso?

### **3.1.1 Função cultural do arquivo**

De acordo com García (2011), na Espanha, nos últimos 30 anos, têm ocorrido uma evolução no mundo dos centros arquivísticos. Houve uma adaptação às novas tecnologias, que repercutiu em um serviço ao usuário melhor e mais amplo. As atividades sociais abrangem: desde palestras até exposições e empréstimos, sendo que este último é realizado seguindo normas e aprovações.

Seguindo esse ponto de vista, Alberch e Boadas (1991) assinalam que a visão clássica do arquivo, que era vista como uma instituição quase que de exclusiva dedicação ao serviço de investigação e à administração, foi totalmente sobrepujada. Prontamente, percebemos que a função cultural tem ganhado destaque, o que é um grande avanço, tendo em vista o fato do arquivo antes servir, em sua maioria, apenas a pesquisadores e historiadores, e agora passar a ser útil e valoroso para o indivíduo “comum”, que muitas vezes não quer pesquisar para desenvolver um trabalho acadêmico, mas vai ao arquivo por necessidades corriqueiras ou para conhecer sua história, ali preservada.

Trazendo tal discussão para o Brasil, é possível mencionar que as atividades culturais já produzidas nas instituições de arquivo são: debates, palestras e

lançamento de obras. De fato, estamos a certa distância da realidade de vários países, no entanto, temos um exemplo salutar, que é o vivido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Esse arquivo realiza várias atividades sociais, que põem em prática a função cultural no seu dia a dia, pois produzem ações educativas, visitas guiadas, exposições físicas e digitais, dentre outras atividades.

Dessa forma, Fugueras (2000, p.8) elucida:

A ação e a promoção cultural deve tornar-se uma excelente ferramenta para divulgar as potencialidades do arquivo e para aproximar um segmento mais amplo dos cidadãos. A utilização dos documentos com objetivos culturais foi, por um período de tempo, claramente elitistas, abrangendo quase só a investigadores com formação universitária. [...] Cabe pensar que devemos nos dirigir a diferentes públicos, [...].

Portanto, é visível que o arquivo está além das funções básicas colocadas no segundo capítulo deste trabalho, pois ele exerce um papel cultural perante à sociedade. Dessa forma, é urgente a realização de atividades de cunho cultural, para que a população possa se reconhecer enquanto indivíduo ou como grupos formadores de opinião e que fazem parte da memória que está armazenada nos documentos dos arquivos.

O arquivo propicia o encontro entre o indivíduo e suas lembranças, que foram construídas através do tempo e registradas em vários suportes, para que posteriormente ele se reencontrasse consigo mesmo e com seus antepassados que, por sua vez, também foram participantes da história individual e coletiva da sociedade.

### 3.2 O ARQUIVO COMO LUGAR DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA SOCIEDADE

A memória é própria do ser humano. Ela é construída à medida que os fatos acontecem. A memória permite que a sociedade tenha uma identidade própria.

Nesse sentido, Le Goff (1982) toca em um ponto bastante interessante. No que tange a memória, o autor relata que os mnemons eram pessoas que guardavam as lembranças do passado para atender a uma posterior decisão judicial. Ainda neste sentido, Le Goff (1982, p. 22) pontua que “os mnemons são utilizados pelas

idades como magistrados encarregues de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas memórias vivas são transformadas em arquivistas”.

Percebemos que a memória existe desde os fundamentos da humanidade. Independente da forma de armazenamento, os mnemos fizeram o que, hoje, realizam, em maior quantidade, as novas tecnologias: acumular memórias/dados.

Segundo Jardim (1995, p. 2),

a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido. É subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio. [...] A memória é, portanto processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente.

Logo, subentende-se que a sociedade possui uma memória, enquanto grupo social ou como indivíduos participantes de uma mesma cultura. Essa memória é registrada em diferentes suportes, independente de ser em meio físico ou digital.

Nessa perspectiva, fica claro que desde a gênese das civilizações o ser humano tem a necessidade de registrar e de preservar suas ações, inventos, cotidianos e suas memórias pessoais ou enquanto grupos sociais. Assim, é presumível compreender que, desde muito tempo atrás, havia uma preocupação com a preservação das informações, tendo em vista a formação da memória e da construção da história da posteridade.

O historiador Pierre Nora (1993) expõe que os lugares de memória podem ser localizados em três sentidos: Material (documentos, arquivos, fotografias, vídeos etc.), Simbólico (lembranças, imaginação, impressão) e Funcional (comunidades, sala de aula etc.). Esses lugares não existem solitariamente; eles coexistem para poder ter sentido.

É visto que o ser humano faz uso desses três lugares, assim como é pertinente mencionar que o arquivo pode estar presente em cada um. No material, atua enquanto preservador dos documentos independente do suporte. Já no simbólico, mediando o encontro do indivíduo e de suas lembranças ao se deparar com um documento que lhe remete ao um passado distante mais ainda vivo em sua imaginação. E, no funcional, faz parte do dia a dia de ambientes, como a comunidade.

No que tange a capacidade que o homem tem de reter suas memórias, embora por vezes essa memória seja seletiva ou mesmo silenciosa, Miranda Netto (Apud JARDIM 1995, p. 4) assegura que,

Mas não é apenas nas células do ADN que existem arquivos. Também o sistema nervoso do homem é um arquivo. A pitoresca locução 'fulano é um arquivo' tem, pois, sua contrapartida em nosso organismo. A memória humana está organizada em fichas e pastas que são os neurônios, onde se grava tudo o que acontece na vida, o despertar da consciência. [...].

Assim sendo, é plausível citar Le Goff (Apud JARDIM, 1995, p. 1) na discussão, onde ele sugere algumas teses a respeito da memória:

- Sua crucialidade, expressa em noções que se remetem mutuamente: tempo e espaço, suporte e sentido, memória individual e coletiva, tradição e projeto, acaso e intenção, esquecimento e lembrança etc.;
- As diferenças de natureza entre sociedades com escrita ou não, influenciando na construção social da memória;
- As diferentes memórias ao longo da história;
- A memória como fonte de identidade individual e de uma dada sociedade;
- A memória como objeto de luta das forças sociais pelo poder.

Não obstante, a memória sendo coletiva ou individual, contribui para que a sociedade, por meio de seus registros culturais (constituídos através de danças, músicas, costumes e até mesmo registros fotográficos) tenha sua história inventada e reinventada quantas vezes sejam necessárias. Para que haja a perpetuidade da narrativa de um determinado povo ou de uma comunidade, é de suma importância que os documentos sejam preservados e possam assegurar a construção da história, através das informações dos arquivos.

Os arquivos são, desde sua criação, um lugar de memória, pois toda e qualquer instituição já nasce produzindo documentos, assim como para o ser humano: desde o primeiro dia de vida, já são produzidos documentos que comprovem sua existência. Logo, é possível mencionar que o arquivo é um lugar de memória, independente de serem memórias boas ou não.

São os arquivos que preservam a história da humanidade, independente das diversidades culturais, raciais ou de classes sociais, pois eles não têm o objetivo de segregar a história, mas de guardá-las pela sua importância, para que sejam vistas como patrimônio social.

Neste sentido, Lodoline (Apud JARDIM 1995, p. 4) afirma que,

desde a mais alta Antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória' inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de grafite e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros 'arquivos'.

Devido a pouca visibilidade dos arquivos, onde as políticas públicas são voltadas, em grande parte, para a preservação apenas do patrimônio instituído de pedra e cal, o equipamento cultural continua sem ter reconhecimento, tendo em vista o fato de muitas vezes está às margens da identidade cultural da sociedade.

Segundo Díaz (2010), o patrimônio documental deixou de ser medido em metros lineares e passou então a ter a capacidade de comunicação como unidade de medida.

Até algum tempo atrás, a nossa realidade social entendia por patrimônio aquilo que era constituído de pedra e cal: os prédios históricos que são tombados por seu valor para a humanidade. No entanto, esse pensamento tem mudado, pois hoje o patrimônio deixou de ser medido pelas pedras e anos que possui (não que não sejam de grande importância), e passou a ser também qualificado pela informação documentada.

### 3.3 INFORMAÇÃO: DA CUSTODIA A PÓS-CUSTODIA

A informação é o que entendemos como o resultado de um processamento de dados, que juntos podem formular um conhecimento. A palavra informação tem, sobre si, vários significados, sendo alguns dos seus sinônimos: aviso, ciência, conhecimento, dados, instrução, notícia, noção, comunicação etc. Assim, o significado da palavra fica mais claro, dependendo do contexto da frase em que estiver empregada.

“A informação é elemento essencial e determinante de todos os campos do conhecimento, e isso faz com que ela seja dotada de enorme diversidade de conceitos”. (MARIZ, 2012, p.21).



Além disso, no tocante à informação, Fonseca (2005, p. 10) pontua que ela “não tem sido considerada como objeto privilegiado da arquivologia, aparecendo na literatura clássica da área como uma consequência do documento de arquivo, que por sua vez é visto como um elemento do arquivo”.

Essa ainda é uma visão custodial da arquivística, onde o documento é mais importante que a informação e o conhecimento. É um pensamento limitado, que se preocupa unicamente com o documento físico, sua guarda e gestão.

Segundo Lousada e Almeida Júnior (2012), atualmente, existem duas escolas fundamentais que formam o pensamento arquivístico moderno: a custodial e a pós-custodial.

- a) A primeira é denominada Arquivologia Tradicional ou **Arquivística Custodial**. Tem suas origens principalmente na França, Itália e Espanha. É fundamentada primeiramente na noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História. Este fato influenciou sua ampliação, pois os arquivos históricos tornaram-se a dimensão mais importante e visível para a área e para a sociedade, o que ocasionou forte influência no plano teórico e prático.

Assim sendo, referente à primeira escola, Malheiro e Ribeiro (2011), asseguram que:

O paradigma custodial ainda sobrevive, de fato, na atualidade, trazendo, em si, desde muito cedo, mas em contradição com o espírito revolucionário da lei de 7 de Messidor do período revolucionário francês, uma concepção de mediação passiva e até “negativa”, porque contraria ao utilizador, uma vez que a prioridade estava na guarda do patrimônio cultural incorporado e acumulado, não no acesso ou na difusão plena.

- b) A segunda é considerada por alguns como moderna e identificada como ‘Arquivologia Pós-Moderna’ ou ‘**Arquivística Pós- Custodial**’, proveniente, sobretudo, do trabalho de pesquisadores canadenses, que aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas. É composta por três abordagens de estudo: a Arquivística Integrada, liderada pelos pesquisadores Jean-Yves Rousseau e Carol Couture; a Arquivística Funcional, fundamentada por Hugh Taylor e Terry Cook; e a Diplomática Contemporânea, representada por Luciana Duranti. **(Grifo nosso)**.

Neste sentido, ainda de acordo com Lousada e Alemida Júnior (2012, 267),

- a) A Arquivística Integrada surge em 1980 no Canadá Francês com a proposta de reintegrar o *archivists* e os *records manager*, através de uma visão global do ciclo de vida documental, desde sua criação até o destino final.
- b) A Arquivística Funcional surge no Canadá Inglês em 1987, tem suas origens fundamentadas na identificação de um novo paradigma enunciado primeiramente por Taylor e aprofundado nos estudos de Terry Cook.
- c) A abordagem denominada Diplomática Contemporânea tem suas bases nos estudos de Paola Carucci (1987), na Itália. Posteriormente, foi aprofundada no Canadá por Luciana Duranti. Esses estudos representam uma superação da Diplomática Clássica, cujo objetivo passou a centrar-se na análise dos documentos contemporâneos e de suas funções.

De acordo com Mariz (2012, p. 19), “a evolução tecnológica é um fator que teve impacto significativo em vários aspectos da “vida” dos arquivos, como, por exemplo, a mudança de ênfase do suporte dos documentos para o conteúdo e a informação neles contida”. Assim, adentramos na perspectiva pós-custodial, onde o foco é a informação independente do suporte.

Neste sentido, Fonseca (2005) discorre que é possível considerar que essa abordagem da arquivologia pós-moderna surge no Canadá, no início da década de 1990. Os principais pressupostos de tal abordagem remetem a princípios identificados com os preceitos do pensamento pós-moderno.

Ainda acerca da arquivologia pós custodial, Mariz (2012, p.60) pontua que:

Pode-se considerar que a abordagem identificada como “arquivologia pós-moderna” ou “arquivologia pós-custodial” surge no Canadá no início da década de 1990. Seus principais pressupostos remetem naturalmente aos princípios identificados com os preceitos do pensamento pós-moderno.

A crise da modernidade e o nascimento do período da Informação em que estamos vivendo exacerbaram a discrepância entre a intenção para a guarda/custódia e a necessidade de um acesso/pós-custódia completo dos documentos. Contudo, podemos ousar em falar que, para a Arquivologia Pós-custodial existir, foi imprescindível que antes existisse uma Arquivologia custodial.

Terry Cook (Apud FONSECA, 2005, p. 60) é considerado como pai da abordagem pós-custodial. Ele afirma que “o pós-moderno desconfia da ideia de

verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. [...]”.

Dessa forma, cabe visualizar o quadro abaixo, para uma compreensão ampla das duas escolas que compõem o pensamento da arquivística contemporânea.

**QUADRO 3:** Arquivística Tradicional X Pós-Moderna

ITENS	ARQUIVISTICA TRADICIONAL	ARQUIVISTICA PÓS-MODERNA
<b>Entidades</b>	Eram os documentos de arquivo como artefatos físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.	Fundamentais na arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos.
<b>Objetivos</b>	Controle físico e intelectual dos documentos da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas.	Vai além da acessibilidade: é a manutenção da ‘qualidade arquivística’, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou.
<b>Metodologia</b>	Aplicação do Princípio da Proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor.	Consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma e estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses, documentos.

**FONTE:** Adaptada de Fonseca (Apud LOUSADA; ALEIDA JÚNIOR 2012).

Assim, o quadro três vem confirmar a exposição de Fonseca (2005, p.57), onde ele afirma que “as duas abordagens não são excludentes, mas, ao contrário, mutuamente referentes, e mapeá-las em separado é uma opção de sistematização, baseada nas ênfases analíticas dos autores envolvidos da discussão”. Independente da visão custodial ou pós-custodial, é importante que tenhamos em mente que o foco sempre será o arquivo e seus documentos, estando a informação associada a ambos ou mesmo individualmente.

Entretanto, é compreensivo que na nova perspectiva os arquivistas e os arquivos tenham mudado. Aos poucos, esses profissionais passam de meros guardadores dos documentos para serem vistos como atuantes e capazes de originar padrões de preservação, gestão e acesso, além de informações.

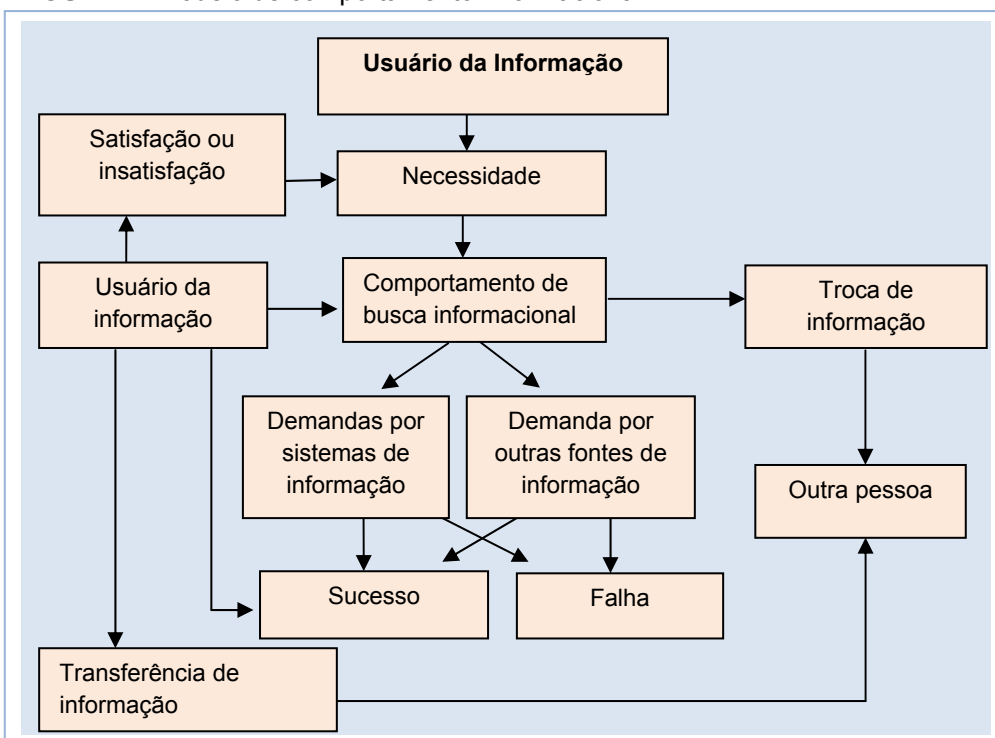
### 3.4 Usuários da informação: reais e potenciais

Os usuários reais do arquivo são aqueles que conhecem e usam as informações do equipamento. Já os usuários em potencial são aqueles indivíduos que o profissional deseja que conheça o arquivo e, a partir desse momento, se ele retornar ao arquivo, passa de usuário em potencial para usuário real.

De acordo com Martinez-Silveira e Oddone (2007), em 1981, Wilson arquitetou um modelo de comportamento informacional, guiado pelas necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos. O assunto dessas necessidades seria configurado pelo próprio indivíduo, pelas demandas de seu papel na sociedade e pelo meio ambiente em que sua vida e seu trabalho se desenrolam. As barreiras que interferem na busca de informação surgiriam desse mesmo contexto.

Abaixo esse modelo, para podermos visualizar melhor como se dá esse comportamento.

**FIGURA 2:** Modelo de comportamento Informacional



**FONTE:** Wilson (Apud MARTÍNEZ-SILVEIRA E ODDONE, 2007).

É possível visualizar que, independente do usuário, ele sempre parte de uma necessidade, para ir em busca da informação, contudo, aquele que já conhece o

arquivo já está habituado aos instrumentos de pesquisa, as burocracias, horários e tudo mais, enquanto que o usuário em potencial ainda está sujeito a visualizar o arquivo como lugar de memória e informação.

De acordo com Cruz Mundet (2001), os primeiros a aproximarem-se dos arquivos – quando eles passam a ser abertos ao público - foram os eruditos: historiadores, paleógrafos, genealogistas etc. Com o passar do tempo, os arquivos uniram os investigadores universitários.

No que tange os novos usuários dos arquivos, Cruz Mundet (2001) vem mostrar que nos anos de 1950 iniciou-se uma mudança de tendência ou evolução com relação aos novos usuários. Assim, ele agrupa esses novos usuários como sendo: os admiradores (fãs) e os estudantes. Ou seja, os fãs são pessoas com formações distintas, porém, não são historiadores. Ele explica que, na maioria das vezes, procedem do setor terciário, ativo ou aposentado.

Ainda neste sentido, o autor vem explicar que a preferência desses novos usuários, aposentados, é a genealogia<sup>2</sup> e a história local. Vemos que eles nascem amparados com a cultura de massa e o tempo livre, pelo fato de serem inativos. Logo, eles apresentam um novo perfil de usuários, diferentes dos usuários reais que já pesquisavam no arquivo. Neste sentido Cruz Mundet (2001), elenca 5 pontos:

- a. Suas demandas são por princípios gerais e muito específicas e entram em choque com o modus operandi<sup>3</sup> tradicional dos centros;
- b. A corriqueira incompatibilidade dos horários, que os levam a reclamar que os serviços precisam estarem abertos por um período de tempo maior;
- c. O desconhecimento das técnicas de investigação colocar os arquivistas diante de um dilema de abundante atenção;
- d. A crescente familiaridade com as novas tecnologias;
- e. A experiência demonstra que as demandas informativas de caráter administrativo, constituem o grosso da consulta.

Dessa forma, é oportuno mencionar que esses novos usuários não são apenas os idosos que necessitam de uma ocupação ou têm um real interesse pela informação arquivística, mas também são os indivíduos movidos pelas mais diversas

---

<sup>2</sup> Ciência que tem por objeto a pesquisa da origem e da filiação das famílias. Uma investigação genealógica rígida pode possibilitar ao indivíduo o conhecimento de sua ascendência.

<sup>3</sup> É um modo de funcionamento, ou seja, entende-se que é a maneira tradicional de funcionamento dos centros.

necessidades ou pela simples curiosidade de conhecer esse “novo lugar”, que sempre existiu, mas que estava um tanto quanto que “invisível” para a sociedade.

Pelo fato do arquivo na pós-modernidade constituir um importante elemento do patrimônio cultural da sociedade, Cruz Mundet (2001, **tradução nossa**) expõe dois fatores, atingidos com esse novo público do arquivo:

- A influência desse público que levou os arquivistas a encontrar novas formas de comunicação;
- Graças à pressão da demanda, combinada com a dos arquivistas, a atitude dos poderes públicos a respeito dos arquivos tem melhorado de forma sensível.

Assim sendo, percebemos que a melhoria e a ampliação do arquivo não dependem apenas dos profissionais, mas da união dos interessados em mudar a realidade. Os movimentos ocorridos em todo o mundo, acerca do acesso à informação, têm possibilitado a introdução da informação orgânica arquivística nas inquietações das políticas públicas, expressando a existência da busca por cidadania, que representa o fortalecimento das sociedades.

## 4 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E FOTOJORNALISMO: ENTRE A NOTÍCIA E O ARQUIVO

Inicialmente, cabe apresentarmos um breve levantamento histórico sobre a fotografia. De acordo com Manini (2009, p. 141), “o primeiro a produzir uma imagem mediante a ação da luz foi o Frances Joseph Nicéphore, em 1825”. Contudo, a autora ainda pontua que quem figura como inventor da fotografia prática comum é Louis-Jacques Mandé Daguerre.

Segundo Manini (2009), o inglês Willian Henry Fox albor também teve sua importância para o início da fotografia, pois inventou o negativo e o princípio das cópias múltiplas em 1833.

Ainda tratando da história da fotografia, Kossoy (1989) diz que a fotografia é uma invenção que ocorre no contexto da revolução industrial e teve um papel importante como inovação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa e forma de expressão artística. Segundo ele, a fotografia ornou o mundo portátil e ilustrado.

Dessa forma, Kossoy (1989, p.45) explica que:

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; essa pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia [...].

Tendo conhecimento do surgimento e importância da fotografia, podemos então buscar compreender melhor a fotografia jornalística. De acordo com Rodella (2009), o fotojornalismo é uma denominação dada à imagem fotográfica no jornalismo, que busca fazer o leitor compreender, sem tanto empenho, a informação reunida na imagem bidimensional (altura e largura). Neste sentido, ela pontua que antes do *click*, a cena que será capturada é composta na cabeça do jornalista, que projeta aliar: os significantes que resultarão na leitura desejada ao significado almejado pelo repórter.

De acordo com Madio (2012), a suposta objetividade da fotografia com o tempo vai sendo montada e reforçada, mediante seu uso diário, como comprovação dos acontecimentos, lugares e personalidades, em livros, jornais, revistas, documentos pessoais e públicos, Identificações policiais, entre vários outros meios, que revelam a imagem como clone fiel da ocasião congelada e eternizada pelas lentes do fotógrafo. Além de reter o passado em uma imagem, a fotografia é constituída como um ícone legítimo da realidade, capaz de registrar verdadeiramente o seu referencial.

Deste modo, podemos compreender que a imagem, por si só, não fala: ela necessita está inserida em um contexto, que produza nela sentido. Para tanto, Rodella (2009, p. 3), diz que:

No fotojornalismo, onde a imagem necessita o máximo possível estar carregada de informação a intencionalidade marca a estratégia de comunicação do repórter fotográfico. A escolha de planos e ângulos (domínio da linguagem fotográfica), o recorte do real (leitura do contexto) que ele realiza é intrínseco à sua atividade profissional que intenciona traduzir para o leitor o mesmo significado interpretado instantes antes do ato fotográfico.

Portanto, podemos entender que o ato de fotografar ou analisar uma imagem é justamente, como pontua Barthes (1984, p.23), “metaforicamente faço minha a existência depender da fotografia, é uma entrega ao ato de fotografar e de ser fotografado [...]”. É importante que nos desprendamos das nossas impressões e visões, para que possamos compreender e sentir o que essa reprodução do real quer nos transmitir: no presente e no futuro.

O pesquisador francês ainda expõe que existem divisões a que a fotografia é submetida e que são: empíricas (profissionais ou amadoras), retóricas (paisagens/objetos/retratos) e estéticas (realismo/pictorialismo).

Por conseguinte, entendemos que no fotojornalismo o leitor é preservado de qualquer empenho para compreender o que a imagem quer dizer, pois aquilo que é pretendido mostrar com a fotografia está claro e é perceptível sem qualquer trabalho. Contudo, ainda é perspicaz falar do uso de legendas nas imagens jornalísticas, como sendo um tipo de recurso que reafirma do que trata a imagem.

Dessa forma, nos próximos capítulos o objetivo é compreender o documento imagético e tratar a fotografia jornalística como sendo um documento de arquivo de caráter especial e com especificidades.



#### 4.1 ARQUIVOS ESPECIAIS: DOCUMENTOS IMAGÉTICOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Inicialmente, cabe ressaltar a diferença entre arquivos especializados e arquivos especiais. O primeiro são os que têm, sob sua custódia, os documentos resultantes da experiência humana em um campo específico, independente da forma física que apresentem. São exemplos: os arquivos hospitalares [...] e os arquivos de imprensa. (PAES, 2004). Com relação ao segundo, a mesma autora explica que os arquivos especiais têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes e, por esse motivo, precisam ser tratados de forma especial, em seu armazenamento, registro, acondicionamento, controle e conservação.

Tendo trabalhando na pesquisa com uma instituição que faz parte da Imprensa paraibana, no caso, o jornal “Correio da Paraíba”, o *lócus* da nossa pesquisa é o arquivo fotográfico. Logo, trataremos sobre o conceito de arquivos especiais e sua aplicação nesse estudo.

No tocante a fotografia como documento, Manini (2009, p. 127) explica que:

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida um arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence.

Ainda neste mesmo assunto, Manini (2009) fala que nos arquivos é estimável e necessário que o documento fotográfico seja tratado em um aspecto determinado, o que significa que eles devem ser tratados igualmente aos demais documentos e, portanto, devem compor arranjos, serem descritos, classificados, ter um lugar nos instrumentos de pesquisa e serem passíveis de recuperação e acesso.

Madio (2012) comenta que a grande maioria das instituições que trabalham com acervos (fotográficos) preocupa-se com a descrição imagética individual e a recuperação das técnicas, em prejuízo do estudo e compreensão da produção serial daquelas imagens, ou seja, de como se deu a constituição desse conjunto de documentos e como foi sua transferência e/ou recebimento para guarda permanente.

Logo, é visível que o foco na guarda dos documentos imagéticos não é a informação contida na imagem, mas apenas a fotografia em si. Uma imagem traz

consigo um emaranhado de informações, que caracterizam a sua criação. Assim, é de suma importância que haja uma preocupação com o acondicionamento e descrição do documento imagético individualmente e como séries documentais, para possibilitar a recuperação dos dados e da história na qual fez e faz parte.

Deste modo, deve-se primeiramente, compreender a fotografia como resultado de uma função, uma intencionalidade, seja institucional ou particular. Apesar da imagem fotográfica muitas vezes não está acompanhada de uma referência ou identificação textual situando. A função daquele registro deve-se ter claro que sempre haverá uma ação, um propósito original para a realização dessa atividade. É essa ação original dentro de um contexto institucional ou pessoal, realizada por um fotógrafo amador ou profissional, que determinará o arquivamento do documento. (MADIO, 2012, p. 59)

Ainda segundo o mesmo autor, é importante rever o tratamento empregado em vários arquivos, que adotam a fotografia como peças isoladas e passam a descrevê-las individualmente, o que leva a perda da organicidade original da documentação e sua relação intrínseca com os demais documentos produzidos. “A intencionalidade seja do autor ou da instituição produtora deve ser preservada e mantida para não se alterar ou descaracterizar a função primeira da imagem” (MADIO, 2012, p. 60).

Portanto, é necessário frisar que cada fotografia é única, contudo, ela foi produzida mediante uma necessidade e de acordo com a personalidade do fotógrafo. Por esses fatores, faz parte de um contexto de produção que possibilita sua relação com outros diversos documentos, como os textuais.

De acordo com Burke (Apud BIZELLO, 2012), não existe uma receita pronta para decodificar imagens, pois em muitos casos elas possuem sentido ambíguo. Ainda acerca desse assunto, Burke levanta quatro aspectos:

- As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões modernas daquele mundo.
- O testemunho das imagens necessita ser colocado no contexto cultural, político, material e até mesmo artístico.
- Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais, independente do historiador visualiza todas as imagens ou quando observa as mudanças nas imagens.

- Nas imagens, como nos textos, o historiador carece de ler as entrelinhas, observar os pequenos detalhes, porém significativos.

Percebemos, então, que existem caminhos múltiplos para entender uma imagem; não basta saber a data e o local em que foi produzida, é preciso conhecer mais que isso para descobrir as informações existentes por traz de cada documento dessa natureza. Cabe, portanto, ter um conhecimento de mundo, do assunto e aprender a ler as imagens, como lemos os textos: mergulhando nas suas entrelinhas e nos transportando para o momento de sua gênese.

A respeito da compreensão da imagem, Barthes (2012) pontua que a sociedade busca tornar a fotografia prudente e, para isso, tem a sua disposição dois meios: o primeiro é fazer da fotografia uma arte; o segundo é generalizá-la ou banalizá-la. Desse modo, é possível dizer que a fotografia pode ser uma arte que representa, de forma estática, a história da sociedade. Por outro lado, a mesma fotografia pode ser banalizada, quando é vista como não sendo um documento de arquivo.

Partindo para as atividades de arquivamento do acervo imagético, é possível visualizar que ele passa basicamente por cinco etapas. Neste sentido, tomando Paes (2004) como base, temos o quadro abaixo:

**QUADRO 4:** Fases desenvolvidas para o arquivamento de fotografias

FASES	ATIVIDADES
<b>1. RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO</b>	Imagem encaminhada ao arquivo
<b>2. PREPARO</b>	Utilização dos métodos de arquivamento
<b>3. REGISTRO</b>	Uso de fichas principais e lista de termos específicos com remissivas.
<b>4. ARQUIVAMENTO</b>	Diferencia-se dependendo se for: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fotografia: são acondicionadas em folders, em papel de pH neutro.</li> <li>• Negativo: acondicionadas em tiras, em envelopes de papel com pH neutro.</li> <li>• Álbum: arquivados separadamente e na horizontal, com fichas remissivas informando sua localização.</li> </ul>
<b>5. PESQUISA</b>	Utilizam-se fichas principais e secundárias.

**FONTE:** Dados da pesquisa.

Compreendemos que, por se tratar de documentos de caráter especial, tem-se um cuidado maior nos processos de arquivamento, tendo em vista a fragilidade do suporte. É de suma importância que haja os devidos cuidados com esse tipo de documento, para que sejam preservadas e mantidas as características da imagem.

Assim, Lacerda (2011, p.284) nos apresenta o seguinte:

As imagens, como formas de registro de ação e de informação, são portadoras de materialidade e de recursos de expressão distintos daqueles que caracterizaram os diferentes registros presentes na massa documental acumulada ao longo dos séculos – calcados na forma verbal. Essa é uma das principais diferenças responsáveis pela dificuldade de aplicar a esses novos registros a metodologia arquivística gerada em função da realidade encontrada historicamente nos arquivos.

Desse modo, entendemos que os documentos fotográficos são produzidos e/ou acumulados nos arquivos de forma diferente, pois envolvem ações e procedimentos diferentes dos registros escritos. Ainda neste sentido, Lacerda (2011) pontua que, pelo fato dos documentos imagéticos não pertencerem à categoria de documentos criados para representar ações com valor jurídico ou legal, eles não apresentam traços que admitem sua classificação de acordo com uma natureza oficial.

Uma vez produzidas, tais imagens podem integrar diversas espécies ou tipos documentais. Podem, ainda, ser utilizados separadamente, de acordo com os objetivos previstos. Admitem reprodução em novas séries de cópias para outros usos que não o uso original, responsável pela sua primeira aparição. Por fim, podem ser arquivados sob uma lógica específica, em total desacordo com a aplicada ao restante do conjunto documental produzido pela mesma instituição.

A respeito das dificuldades de referências que tratam da fotografia, Barthes (2012) lembra que os livros que tratam da fotografia são, ao mesmo tempo, pouco numerosos e também insuficientemente relativos a outras artes que padecem com a mesma dificuldade. Ele pontua que alguns são técnicos e outros são históricos ou sociológicos.

Por conseguinte, podemos proferir que a fotografia continua a mesma; o que mudaram foram os instrumentos, aprimoraram-se as técnicas, mas o sentido, a importância e as dificuldades continuam as mesmas, tendo em vista que ainda hoje as

obras e discussões sobre a fotografia continuam escassas e, para muitos, sem importância.

Em 1984, Barthes já visualizava tais dificuldades. Hoje, no século XXI, vivenciando a contemporaneidade e as novas tecnologias informacionais, ainda temos as mesmas dificuldades. A fotografia continua sendo pouco valorizada como documento de arquivo e como possuidor de memórias e histórias que não voltam mais (que ficaram, porém, eternizadas e engessadas em uma imagem estática) e que fala por suas entrelinhas.

Contraditoriamente, estamos vivenciando um período onde “todos” querem possuir uma máquina fotográfica digital, para registrar suas viagens, passeios, comemorações. Contudo, tais imagens servem de alegoria para divulgação nas redes sociais, como representações apenas de um momento, sendo, em seguida, apagadas, engavetadas e muito raramente emolduradas em um portaretrato.

Mudaram os instrumentos de captura das imagens, mas a visão do homem com relação a esse tipo de linguagem e documento não evoluiu, em direção à existência de políticas de preservação, conservação e difusão das fotografias.

#### 4.2 A FOTOGRAFIA JORNALÍSTICA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO

A fotografia, por si só, não seria um documento de arquivo, pois entendemos que é necessário que ela esteja inserida em um contexto e possua dados suficientes para ser identificada. As imagens de uma instituição jornalísticas podem ser, em sua maioria, consideradas documentos de arquivo, pois são produzidas para um fim específico, e neste sentido estão inseridas em um contexto, seja organizacional ou social.

A imagem produzida para um jornal possui somente uma intencionalidade, que é, primeiramente, registrar um fato e, em seguida, chamar a atenção do leitor para a matéria, pois, a medida que é visualizada a imagem impressa do ocorrido, passa a existir, na maioria das vezes, o desejo de leitura para entender a fotografia em seus detalhes.

Referente à fotografia jornalística, Costa (1993) apresenta que a origem da reportagem fotográfica remonta a meados do século XIX. A partir da invenção do

processo de colódio úmido<sup>4</sup>, patenteado em 1854, começaram a surgir trabalhos com características de reportagem, onde os principais exemplos estão ligados à documentação de guerra.

As diferenças entre o fotojornalismo e a documentação realizada pelos primeiros fotógrafos de imprensa situam-se na própria concepção de fotografia. Se anteriormente ela era um apêndice do texto, a partir deste momento ela passa a apresentar um ponto de vista próprio sobre os acontecimentos relatados. A fotografia torna-se construção, segundo estruturas ideológicas nem sempre explícitas, respaldada na sua pretensa imparcialidade. (COSTA, 1993, p. 79).

De acordo com Rodella (2009), a imagem fotográfica no jornalismo detém uma particularidade fundamental, que a diferencia de todas as outras formas de imagens: a ação. O fotojornalismo é o registro de um acontecimento, um flagrante do real, que reflete uma consequência e uma repercussão.

De acordo com Flusser (1985), a imagem proporciona aos seus receptores um ambiente de interpretação. Logo, é permissível trazer para a discussão a fotografia como sendo documento de arquivo. Ela possui intrinsecamente informações que estão além do que foi escrito, pelo fato de ter o poder de captar gestos, expressões, fisionomias. Aspectos que, muitas vezes, passam despercebidos no momento da escrita.

Portanto, sendo o documento imagético fonte de informações e capaz de servir como prova e testemunho, é preciso pensar na sua conservação e preservação desde o momento de sua produção até a fase permanente, onde será arquivado mediante procedimentos distintos, por ser um documento de caráter especial.

Nessa perspectiva de fotografia jornalística, como documento de arquivo, Kossoy (2002, p. 51) explica que:

---

<sup>4</sup> O processo de colódio úmido foi inventado pelo inglês Frederick Scott Archer (1813-1857) em 1848, mas difundido somente a partir de 1851. Este processo tinha esta denominação porque empregava o colódio (composto por partes iguais de éter e álcool numa solução de nitrato de celulose) como substância ligante para fazer aderir o nitrato de prata fotossensível à chapa de vidro que constituía a base do negativo. A exposição devia ser realizada com o negativo ainda úmido - donde a denominação colódio úmido - e a revelação devia ser efetuada logo após a tomada da fotografia. Este foi o processo de confecção de negativos dominante durante a segunda metade do século XIX, porque, como usava chapas de vidro como base, produzia negativos bem mais nítidos e com maior gradação tonal do que os **negativos** de papel encerado empregados até então. Seu apogeu durou até o início da década de 1880, quando foram definitivamente substituídas pelas chamadas **placas secas**, que haviam sido lançadas em 1871. (itaucultural).

A chamada “fotografia documental” abrange o registro fotográfico sistemático de temas de qualquer natureza captados do real; no entanto, existe, em geral, um interesse específico uma intenção no registro de algum assunto determinado. É em função disso que surgiu o hábito de se separar ou dividir a fotodocumentação por classes ou categorias de documentação: jornalística, antropológica, etnográfica, social, arquitetônica, urbana, geográfica, tecnológica etc.

Fica claro, portanto, que a fotografia jornalística é um documento de arquivo, pois ela nasce com o intuito de captar um fato, seja ele de cunho cultural, policial, esportivo, político ou econômico. Ao captar uma determinada imagem, o fotógrafo, tem um interesse por trás daquela ação. O documento imagético produzido pode, assim, vir a ser considerado documento de arquivo, pois está inserido em um contexto de produção.

Segundo Rodella (2009), no fotojornalismo a imagem precisa estar carregada de informação a intencionalidade. A seleção de planos e ângulos (domínio da linguagem fotográfica), o recorte do real (leitura do contexto) que o profissional do jornalismo realiza é inerente à sua atividade que intenciona traduzir para o leitor o mesmo significado interpretado instantes antes do ato fotográfico.

Ela ainda esclarece que a imagem fotográfica no jornalismo retém uma particularidade fundamental que a distingue de todas as outras formas de imagens: a ação. “O fotojornalismo é o registro de um acontecimento, um flagrante do real, que reflete uma consequência e uma repercussão. No fotojornalismo há um antes e um depois, passível de leitura pelos elementos significantes que compõem a imagem” (RODELLA, 2009, p. 1050).

Conseqüentemente, uma imagem jornalística é produzida através e uma ação, que condiciona outras, pois a captura de uma determinada situação levará à produção de uma gama de informações – as chamadas ‘matérias jornalísticas’. Com isso, à medida que a fotografia toma as páginas do jornal impresso ou digital, ela passa a ter um sentido mais amplo e terá outros fatos atrelados a ela.

Com relação às imagens, Flusser (1985) comenta que o caráter ilusionista da fotografia é importante para a compreensão das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Imagens têm o propósito de representar o mundo, serem mapas do mundo, mas passam a serem biombos.

O código que o autor está se referindo são as entrelinhas da imagem, pelo fato dela possuir uma riqueza de detalhes que o texto talvez não tenha; até mesmo porque uma matéria de jornal é feita muitas vezes rapidamente, para não perder os fatos ou até por se tratar de situações inesperadas.

Uma imagem pode, ao mesmo tempo, refletir uma realidade ou esconder fatos. Tudo vai depender da interpretação e da forma como a imagem foi capturada, o que leva em consideração a sensibilidade do fotógrafo e a intencionalidade dos fatos.

A respeito da fotografia jornalística, Rodella (2009, p.1053) explica que “no fotojornalismo o esforço de compreensão do leitor é poupado, a realidade que se pretende retratar pela fotografia está dada, é vista, percebida com um mínimo de esforço e recursos - o fotojornalismo tem pretensões didáticas”.

Por conseguinte, entendemos que o fotojornalismo se preocupa em facilitar a captação dos leitores. As imagens são claras e de fácil visualização, sendo ricas em detalhes. Assim, as imagens em um canal e informação, além de chamar a atenção para o texto, é o próprio contexto das linhas escritas e o congelamento do ocorrido.



## 5 DIFUSÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Estamos vivendo um período informacional no qual a sociedade, aos poucos tem conhecido que possui o direito à informação, através de leis, como a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação. É necessário, portanto, que nós arquivistas, gestores da informação, tenhamos competência para tornar as informações arquivísticas acessíveis e conhecidas pela sociedade, realizando a difusão cultural desses arquivos, que outrora eram pouco conhecidos da população.

Assim, Díaz (2010) pontua que, anteriormente ao nascimento da internet, era mais simples atender a pesquisadores ou promover atividades de difusão cultural. A sociedade tecnológica produziu novas formas de lazer, trabalho e também de relação social. Com isso, os arquivos são obrigados a criar e produzir conteúdos, fazendo uso de novas linguagens e criando espaços para promover a participação dos cidadãos. Independente do meio de divulgação, a vontade de proporcionar o acesso aos documentos é a mesma.

A difusão significa levar ao conhecimento os fundos ou recursos de um serviço. Um dos exemplos mais frequentes são as publicações impressas ou exposições documentais. A dinamização propõe um bate-papo, buscando levar o arquivo ao espaço dos usuários, e, se preciso for, contribuir com outras áreas do conhecimento (DÍAZ, 2010).

De tal modo, compreendemos que as atividades culturais podem servir como um apoio à informação e à comunicação, mas também pode ser uma ferramenta de marketing, que proporciona ao arquivo um prestígio e uma ampla visibilidade. O retorno desse investimento é a aceitação do público e o retorno ao arquivo, o que podemos chamar de pós-difusão.

O modelo de êxito de uma ação cultural é aquela que consegue alcançar o público. Para isso é preciso que haja, interação, personalização, participação e visualização (DÍAZ, 2010).

Um fator importante, que carece de estudos e de atenção, é a pós-difusão, como Galdino e Ávila (2012, p.12) discorrem a seguir:

Ao avaliarmos as consequências advindas com a realização da difusão cultural, iremos introduzir neste estudo o termo pós-difusão, que vem a ser

o que ocorre depois da atividade de difusão em um arquivo. É o retorno do indivíduo, que à medida que volta ao arquivo, passa a ser agora usuário real dos serviços do arquivo.

Ainda neste sentido, os mesmos autores esclarecem que a pós-difusão é a análise da atividade cultural, com vistas a compreender fatores intrínsecos e extrínsecos ao evento, tais como: o que funcionou, quem foram os visitantes, qual o perfil desses usuários potenciais, o que precisa ser melhorado etc.

Logo, é visível que, a partir da análise realizada após a realização dos eventos culturais, se percebe o arquivo como capaz de proporcionar um aumento significativo no fluxo de visitantes e que tem a necessidade de avaliar o antes, o durante e o depois, para que as próximas atividades sejam melhores e mais eficazes que a anterior. Para tanto, é importante que haja a visualização das características dos usuários potenciais, para entender as suas necessidades informacionais ou mesmo culturais.

## 5.1 DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS

Bellotto (2006) pontua que os serviços de difusão cultural seguem duas vias opostas de ação, sendo uma voltada para o lançamento de elementos de dentro do arquivo para fora e a outra, que permite o retorno desses elementos.

Para Fugueras (2000, p. 8), “a ação e promoção cultural devem tornar-se uma excelente ferramenta para divulgar as potencialidades do arquivo e para trazê-lo a um segmento mais amplo de cidadãos”. A fala dele nos mostra que a difusão cultural deve ser organizada e realizada com vistas a tornar o arquivo conhecido, para que deixe de servir apenas à ‘elite’ (pesquisadores/historiadores) e possa, também, ser útil à população.

Dessa forma, é preciso que haja um entendimento da realidade do entorno e da comunidade que cerca o arquivo, para que a atividade cultural seja atrativa, pois cada caso é único. O que muitas vezes dá certo em um local, no outro talvez possa não dar certo, devido às peculiaridades da população e do lugar.

Prontamente, Bellotto (2002, p. 22) vem explicar que existem inúmeras possibilidades de atividades culturais que podem ser realizadas, em arquivos de caráter histórico.

Entre tantas atividades de cunho cultural; os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore etc. locais; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações.

Tomando como base Bellotto (2006), Alberch e Boadas (1991) e Barbosa e Silva (2012) são possíveis elencar algumas das atividades que podem ser desenvolvidas nos arquivos como difusão cultural:

- a) **Exposições:** meio de aproximação entre a sociedade e o patrimônio documental dos arquivos.
  - Exposições Permanentes;
  - Exposições Temporais: fixas ou itinerantes;
  - Exposições em ambiente digital: temporais ou permanentes.
- b) **Publicações:** canais de comunicação com o mundo exterior ao arquivo, ligados com o acervo e com a memória preservada por ele.
  - Publicações culturais: monografias, revistas de caráter histórico, boletins de informação;
  - Publicações de livros;
  - Publicações de periódicos
  - Publicação de conteúdo de internet.
- c) **Eventos culturais:** recitais de literatura; sessão de cinema; lançamento de livros etc.
- d) **Ação Educativa:** podem ser desenvolvidas ações que estejam sob a competência do arquivo ou sob a competência de escolas.
- e) **Visitas Guiadas:** proporcionar a visita de grupos de alunos, sendo guiados a conhecer um fundo documental, ou mesmo uma exposição de fotografias.
- f) **Palestras:** realizar palestras sobre parte de um acervo ou um fundo documental específico.
- g) **Mini-cursos:** atividade que pode suscitar o interesse pelo estudo de atividades de arquivo.
- h) **Preparação de materiais didáticos:** que podem ajudar a divulgar o arquivo e também ser um facilitador do conhecimento das atividades arquivísticas.

Dentre os três autores citados acima, Barbosa e Silva (2012, p.46) apontam a importância dessas atividades da seguinte forma:

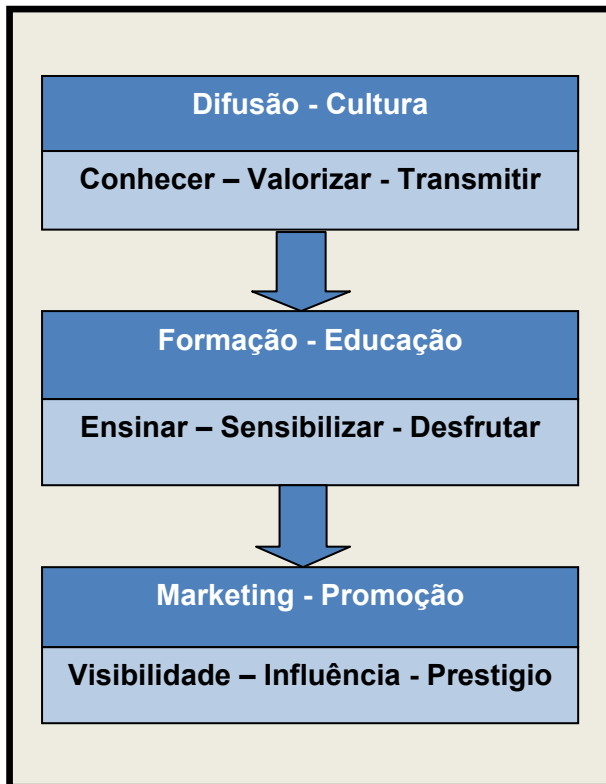
Todas essas ações visam atingir o usuário final da informação, seja o aluno, o professor, o pesquisador, o cidadão em geral. Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.

Sobretudo, percebemos que o objetivo final sempre é atingir o usuário, independente de quem seja, passando informações acerca do arquivo, de sua história e importância.

Díaz (2010) aborda o fato das ações culturais poderem ser muito mais que um suporte de informação ou de comunicação. Nesse sentido, a figura 3, em anexo abaixo, aborda os objetivos da ação cultural, destacando três pontos primordiais: a difusão e a cultura, que estão entrelaçadas à formação junto com a educação, que está atrelada à sensibilização do indivíduo, e o marketing e promoção. Todos eles, procurando a visualização do arquivo.

De acordo com Cabral (2012), quando se pensa no arquivo como um espaço de difusão e ação cultural o objetivo almejado é que nele sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas sim que seja colocado em prática um programa ordenado, com vistas a alcançar o público em geral e possa proporcionar o acesso à informação, para fomentar a criação do conhecimento.

A difusão cultural é necessária como uma atividade constante, que leve o arquivo à sociedade e, por sua vez, proporcione ao usuário habitar esse lugar de memória - informação - cultura.

**FIGURA 3:** Objetivos da ação cultural

**FONTE:** Díaz, (2010, p.73 - Tradução Nossa).

Dessa forma, entendemos que a DC leva o indivíduo ao conhecimento das informações do arquivo, passando a ser capaz de realizar a transmissão dessas informações. A difusão também proporciona uma sensibilização, em que a sociedade, que outrora não tinha conhecimento da existência do arquivo, é levada a adentrar e se apropriar daquele conhecimento que é inerente ao equipamento cultural, porque faz parte da construção da sua história enquanto cidadão ou como indivíduo.

Nesse sentido, Barbosa e Silva (2012), ao explicar sobre a difusão, afirmam que ela tem atribuições de muita relevância. Nesse sentido, entre as ações que devem ser postas em primeiro plano nas políticas institucionais, o arquivo aparece como “peça” de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental.

A difusão cultural é uma forma de marketing da instituição que a promove, proporcionando a visibilidade (nesse caso, do arquivo) e agregando valores e prestígio junto à população “comum”.

Assim, Fugueras (2000) comenta que é possível considerar, em sequência e em função dos recursos disponíveis, uma série de atividades que são capazes de possibilitar um amplo alcance: atividades educativas e de formação, voltadas para a pedagogia; atividades de caráter expositivos permanentes ou temporais; atividade de difusão geral, como publicações de divulgação, visitas de grupos, lançamento de livros, exibição de filmes etc.

Para Alberch e Boadas (1991), a difusão está diretamente ligada às publicações e aos meios de comunicação. Assim, é de suma importância pensar a difusão como uma atividade ampla e que precisa ocorrer em consonância com a colaboração do arquivo, dos arquivistas, funcionários da instituição e até mesmo com outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, Belotto (2002) pontua que é importante que haja um bom planejamento das atividades culturais e educativas, pois é necessário que não obscureçam as finalidades básicas da instituição e, sim, as engrandeça ainda mais e que sejam capazes de agregar, ao arquivo, admiração e carinho por parte da população.

## 5.2 DIFUSÃO EM REDE: FACILIDADES ADVINDAS COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Na atualidade, o homem tem se tornado dependente das tecnologias da informação, vivenciado desafios referentes ao analfabetismo digital.

Por conseguinte, Castells (2005, p. 17) pontua que:

A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia.

Assim, Rouseau e Couture (1998, p. 217) vêm pontuar que “a democratização das tecnologias da informação, e a complexidade cada vez maior dos serviços de que a nossa sociedade se quer dotar têm como resultado criar a uma necessidade desmedida de informação”.

Percebemos, com isso, que existe uma contradição. A medida que se fala em democratização da informação, é visto que uma parte da sociedade não tem acesso a essa informação, ou sequer sabe que as questões atuais giram em torno das tecnologias mais recentes e da internet. É uma disparidade mencionar o termo 'democratização das tecnologias', devido ao grau de analfabetismo digital ainda existente entre as comunidades.

Segundo Díaz (2010), com o surgimento das tecnologias criou-se um novo modelo de acesso e disseminação da informação, em que o cidadão é a parte principal dessa mudança. Já para Castells (2005), o que caracteriza o novo sistema de comunicação é a sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais.

É possível que tenhamos a impressão de que as tecnologias avançaram mais que o desenvolvimento da profissão e dos serviços. Elas caminham mais rápido que as técnicas e condições de trabalho, quando não deveria ser assim, fazendo-se necessário buscar melhorá-las através de estratégias bem definidas.

Entre essas ações culturais, é importante pensar em incorporar estratégias para as redes sociais advindas com a WEB 2.0<sup>5</sup>. Para um arquivo, as redes sociais têm o caráter de uma embaixada, onde o poder continua no espaço territorial, que é o fundo documental de arquivo. No entanto, é preciso deixar claro que esse tipo de estratégia é um canal de dinamização, e não uma substituição da difusão. Porém, as tecnologias são uma tendência e, por isso, é um caminho que precisa ser percorrido. (DÍAZ, 2010).

Partindo do pensamento para o processo prático, é imprescindível refletir em uma proposta de difusão tendo em mente que ela deverá ser adaptada as necessidades do arquivo e do público.

Sendo assim, Mariz (2011, p. 108) aponta que:

As instituições arquivísticas estão se deparando com um desafio, o da época das redes eletrônicas, que virá a se somar às suas atividades anteriores. Frente às novas tecnologias da informação que possibilitam as redes eletrônicas, é de fundamental importância repensar todas as ações teórico-práticas, que condicionariam os arquivos. Faz-se imperativo questionar suas premissas de gestão e difusão de documentos mediante a disponibilização de seu acervo na Internet.

---

<sup>5</sup> É um termo utilizado para nomear a segunda geração de comunidades e serviços tecnológicos na internet. Seus aplicativos baseados nas redes sociais e tecnologia da informação, onde tem-se a interação.

Para que as instituições arquivísticas sejam difundidas e seus sites tenham um reconhecimento por parte dos usuários, é extremamente necessário que se tenha bons instrumentos de pesquisa, pois são eles que possibilitam o contato do usuário com a informação.

No que tange aos benefícios da disponibilização dos acervos arquivísticos na internet, Mariz (2011) pontua as seguintes vantagens: facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas e aumentar a divulgação.

No entanto, Mariz (2011) faz referência ao fato de que, na realidade, a rede não é tão popular quanto deveria ser. Já o acesso é indiscriminado, sendo alguns aspectos limitados, como, por exemplo, os equipamentos e o analfabetismo digital. São esses fatores que afastam a internet da população menos favorecida sócio-economicamente, que se encontra espalhada por todo o mundo.

Contudo, apesar das dificuldades, podemos salientar que a internet possui um potencial: difundir a informação de forma rápida, eficaz, democrática e com baixos custos. Dessa forma, sendo a rede um elemento de integração social, ela própria é capaz de transformar o analfabetismo digital em letramento informacional.

### 5.3 O PAPEL DO ARQUIVISTA DIANTE DA NOVA REALIDADE INFORMACIONAL

De acordo com Díaz (2010), o arquivista deve ser multidisciplinar e usar sempre que necessário um pouco de cada disciplina. Logo, entendemos a necessidade de haver um diálogo entre as áreas do conhecimento, pois a Arquivologia precisa sempre estar dialogando com outras ciências para compreender as necessidades e os diversos usuários da informação.

Nesse sentido, podemos falar o quanto precisamos das outras ciências. Entretanto, ainda não estamos realizando, suficientemente, esta troca de conhecimentos múltiplos, que se agregam, para formularem os novos saberes, teorias e técnicas.



Por conseguinte, Sá e Santos (2005) pontuam que os profissionais da informação devem sair do arquétipo ‘arquivos direcionados para arquivistas’ e partirem para o modelo ‘arquivos direcionados para os usuários’.

Mediante a fala de Sá e Santos (2005) percebemos que na realidade muitos arquivos só pensam no usuário no período em que os documentos não são mais utilizados pela administração. O profissional deve pensar no usuário a partir da produção do documento, o que facilitaria a vida do arquivista, do profissional de TI e dos usuários, pois o arquivo já nasceria com um caminho a ser percorrido, que foi pensado antes mesmo da existência do documento.

“Os arquivistas devem se tornar especialistas nas fontes sob a sua responsabilidade e cuidado, assegurando o uso de mecanismos para a exploração conservada no arquivo”. (ZAPATA, 2002, p. 8).

Entendemos que o profissional de arquivo não vai gerir apenas o arquivo enquanto espaço físico. O mais importante é o fato de se preocupar com as pessoas que irão utilizar a informação organizada, ou seja, ele deve ser capaz de gerir intelectualmente a informação, pensando na necessidade dos diversos usuários e arquitetando maneiras práticas de atender o usuário.

Neste sentido, Roseau e Couture (1998, p. 281) explicam que:

Há que acreditar que o arquivista é um profissional cujas as atividades são indispensáveis a uma sociedade que se muniu dos meios materiais e técnicos necessários à produção maciça de informações essenciais à sua sobrevivência e ao seu bem estar. O arquivista deve, contudo, continuar a garantir a solidez das suas aquisições, caminhar para o desenvolvimento de novos campos de atividade e melhorar as relações que mantém com as tecnologias da informação para as abordar totalmente e se por ao serviço das necessidades a que tem de responder.

Fugueras (2000) afirma que não existe um futuro para a profissão de arquivista se não formos capazes de colocar a formação como prioridade nos horários de trabalho e nos prepararmos para ser um profissional adequado. Fica claro que o profissional da atualidade não é mais aquele que passa quatro anos sentado em uma cadeira de sala de aula, respondendo sim ou não. O bom profissional é aquele que está na academia, discutindo e criticando o que lhe é colocado.

O arquivista deve pensar e burilar suas ideias e colocá-las em prática. Não significa que irá prescindir da teoria. Pelo contrário, o novo surge com a leitura e o

estudo aprofundado das obras de outros autores, que foram capazes de pensar muito além da época que viveram.

Assim, Bellotto (2002) vem explicar: é incontestável que o acervo de um arquivo é de propriedade da sociedade, que foi o seu produtor. Nesse sentido, afirma que é dever das autoridades e do profissional de arquivo que eles promovam este encontro, o quanto antes, entre arquivo e sociedade.

É através das atividades de difusão cultural que se torna possível esse encontro na realidade. Somos nós, arquivistas, que devemos mostrar à população a importância de se preservar e disponibilizar o acervo dos arquivos.

## 6 DIFUSÃO CULTURAL DO JORNAL “CORREIO DA PARAÍBA” ATRAVÉS DA WEB

### 6.1 BLOG COMO FERRAMENTA DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

É necessário pontuar que o blog é um diário on-line<sup>6</sup>. Sempre existiram diários, entretanto, eles eram escritos no papel e não tinham uma visibilidade tão ampla quanto a versão digital. Os antigos diários eram de caráter privado e estavam atrelados ao sigilo, diferentemente da versão online, que ganha o compartilhamento e deixa de ser sigiloso para ser público.

Para o dicionário Aurélio (2010), o blog é um site, endereço eletrônico ou página pessoal, usado para compartilhar informações, experiências pessoais ou notícias. Geralmente, os blogs são compostos por textos ou "posts". Contudo, podem ser empregados como diários "online". A temática de um blog depende do objetivo do autor, podendo ser atualizado diariamente e receber comentários dos leitores. Portanto, é pertinente frisar que, por volta de 1990, a escrita dos diários começou a ser online, sendo que nesse momento há a transferência do físico para o digital.

O blog é um gênero de discurso que traz, ao conhecimento público, histórias pessoais, de um grupo, ou assuntos em comum que proporcionam a integração de pessoas, que se cruzam em um ambiente digital por possuírem interesses semelhantes.

Grande parte dos blogs é inicialmente textual, ainda que uma parte deles tenha seu foco em temas específicos, como arte, áudio, fotografia, música, vídeos.

Neste sentido, Komesu (2005, p.2) pontua que:

Blog é uma corruptela de weblog, expressão que pode ser traduzida como **“arquivo na rede”**. Os blogs surgiram em agosto de 1999 com a utilização do software Blogger, da empresa do norte-americano Evan Williams. O software fora concebido como uma alternativa popular para publicação de textos on-line, uma vez que a ferramenta dispensava o conhecimento especializado em computação. A facilidade para a edição, atualização e manutenção dos textos em rede foram – e são – os principais atributos para o sucesso e a difusão dessa chamada ferramenta de auto-expressão. [...]

---

<sup>6</sup> Diário-online é o mesmo que a palavra Blog. Inicialmente existiam os diários em papel. Aos poucos, ele foi passando a ser realizado em ambiente digital, passando a ser nomeado de Blog.

Atualmente, a maior parte dos provedores não cobra taxa para a hospedagem de um blog. **(grifo nosso)**.

O blog não é uma ferramenta recente, mas ganha adeptos a cada dia, tendo em vista suas facilidades de uso e também o fato de proporcionar que o utilizador possa se auto-expressar diante de sua realidade pessoal ou social, sendo visto na Web por qualquer pessoa e em qualquer lugar.

De acordo com Rezende (2008), o blog é uma retração de weblog, termo composto pelas palavras inglesas web (que, por extensão, serve para designar a própria rede mundial de computadores) e blog (diário de bordo e, por extensão, diário pessoal). Essa expressão teria sido usada inicialmente pelo norte-americano Jorn Barger, por volta dos últimos anos do século XX. A origem etimológica da palavra mostra que o blog é uma produção pessoal para ser expresso na internet.

A naturalidade com que as ferramentas são disponíveis na web<sup>7</sup>, é um dos fatores principais de atração de um público numeroso. A criação de um blog é simples e de fácil acesso, pois basta seguir três simples etapas: a) criar uma conta; b) inserir um nome para blog; c) escolher um modelo pré-definido, que facilita ainda mais esse primeiro contato do indivíduo com a ferramenta.

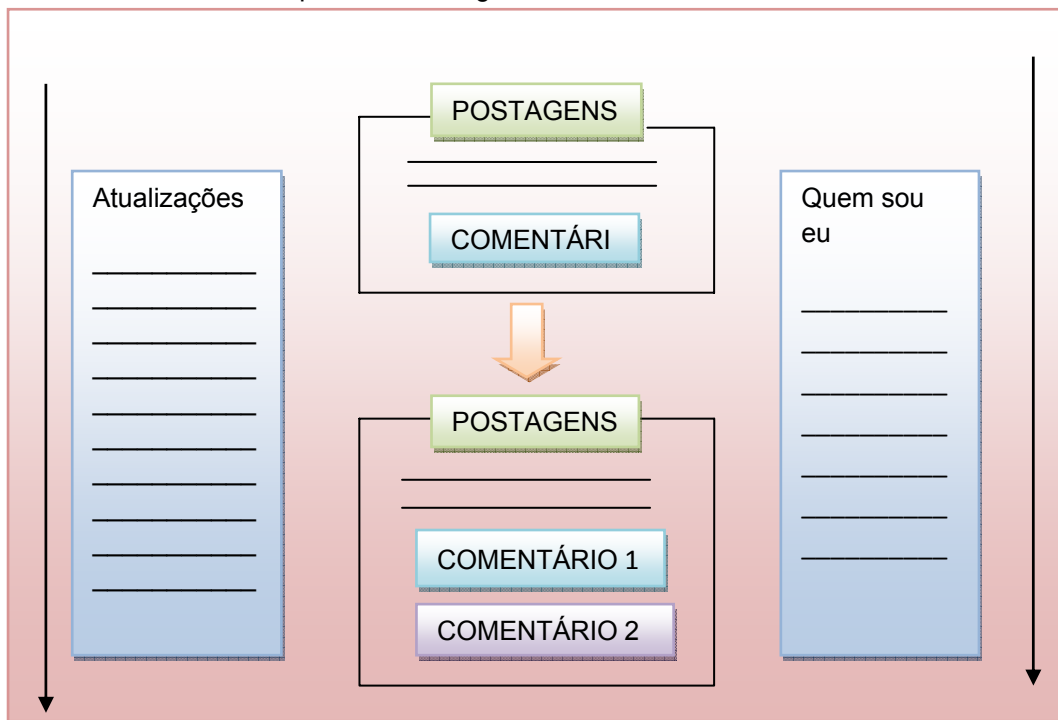
Um blog característico, ou seja, comum, combina texto, imagens e links para outros blogs, páginas da Web e mídias relacionadas ao seu tema. O fato dos leitores deixarem comentários interagindo com o autor e com outros leitores é um componente importante de muitos blogs.

Neste sentido, visualizamos a seguir a figura, em que temos a estrutura simples de um blog que possibilita um uso ainda maior por parte dos cidadãos que não tem um domínio específico das novas tecnologias da informação. Em suma, com o blog já construído, a atividade é postar as informações e receber comentários e poder visualizar suas próprias atualizações.

---

<sup>7</sup> É um sistema de informação ligado através de hipermídia, que são ligações no formato de texto, som, vídeo etc. Essas ligações possibilitam que o usuário possa acessar diversos conteúdos por meio da internet.

**FIGURA 4:** Estrutura simples de um Blog



**FONTE:** Dados da pesquisa.

Na figura, é visto que às postagens se seguem os comentários, que ficam visíveis, o que possibilita a interação, pois um comentário leva a outro, o que gera um diálogo e até mesmo ao “conhecimento”.

Para Rezende (2008), esse gênero textual tornou-se nos últimos anos um dos maiores acontecimentos da internet. Assim, ele identifica dois fatores que ajudam a compreender, ao menos em parte, a razão de tantos usuários se renderem à novidade: **a extrema facilidade de publicação**, pois não é necessário dominar linguagens específicas de programação, e a **gratuidade do serviço**. Diversos dados revelam a importância do blog no cenário atual da internet. Estimativas divulgadas por fontes especializadas revelam que existem mais de milhões de blogs em todo o mundo. Para tanto, ele ainda vem mostrar as diversas formas de uso dessa novidade, que tem ganhado espaço na web.

Se muitos são os usuários, diversos também são os usos: diário de adolescente, publicação acadêmica, confissões de garotas de programa, dicas sobre culinária, jornalismo, roteiros de viagens, pregação religiosa, sistema de atendimento ao consumidor mantido por empresas, entre outros. A proliferação levou ao que se denomina **blogosfera**, termo cunhado para abarcar a totalidade dos usos sociais. A explosão dos blogs também fez com que a comunidade científica fosse rapidamente atraída por questões impostas pelas novas conformações no ciberespaço. (REZENDE, 2008, p. 67).

Esse é o novo modelo de interação entre indivíduos, em que cada um seleciona melhores maneiras de dialogar e trocar informações. Existem diversas possibilidades de uso dos blogs, sejam para interesses pessoais ou mesmo de trabalho, como é o nosso caso. Aspiramos utilizar esse diário digital para fazer o arquivo um lugar conhecido, capaz de ser interativo e dinâmico.

É necessário ainda, informar que já existe registro para blogs, que é o ISSN<sup>8</sup>. O blog hoje é considerado uma fonte especializada e, por esse, motivo, tem registro.

## 6.2 FOTOMEMÓRIA: INTERAÇÃO, FOTOGRAFIA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

O blog FotoMemória nasce da necessidade de difundir o arquivo do jornal “Correio da Paraíba”, sendo visto como uma ferramenta facilitadora na interação com a sociedade, pelo fato de ser um instrumento que está disposto na Internet, e também pelas facilidades de construção e de acesso. É uma ferramenta gratuita e passível de ser utilizado por todos: seja uma pessoa inexperiente, o escritor ou os usuários.

Assim, é que foi criada uma conta no gmail, com o nome do projeto “Fotomemória”. Em seguida, foi a vez do Blogger, que é o hospedeiro do blog.

O layout do diário digital foi pensado de acordo com nossa matéria prima de pesquisa: os documentos fotográficos. Nesse sentido, selecionamos um plano de fundo que lembrasse a construção da memória do ser humano: a imagem é de uma casa antiga, com retratos na parede. O objetivo é gerar um sentimento de pertencimento, pois o ser humano dá mais valor àquilo em que se reconhece e do qual sabe que faz parte de sua história.

O título do blog foi pensado no sentido de unir o objeto de estudo (fotografia) com a memória. Os usuários do blog podem contribuir com a construção da memória da social, que parte do arquivo fotográfico do “Correio da Paraíba” e ganha uma proporção bem mais ampla, na qual cada cidadão pode enviar uma imagem antiga, ou mesmo recente, para que faça parte dessa construção.

---

<sup>8</sup> Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. Ele é o identificador de publicações seriadas aceitas internacionalmente. O uso do ISSN é definido pela norma técnica de Organização Internacional para Padronização - ISO 3297:2007 (ISO 3297:2007 define e promove a utilização de um código padrão (ISSN) para a identificação única de periódicos e outros recursos contínuos).

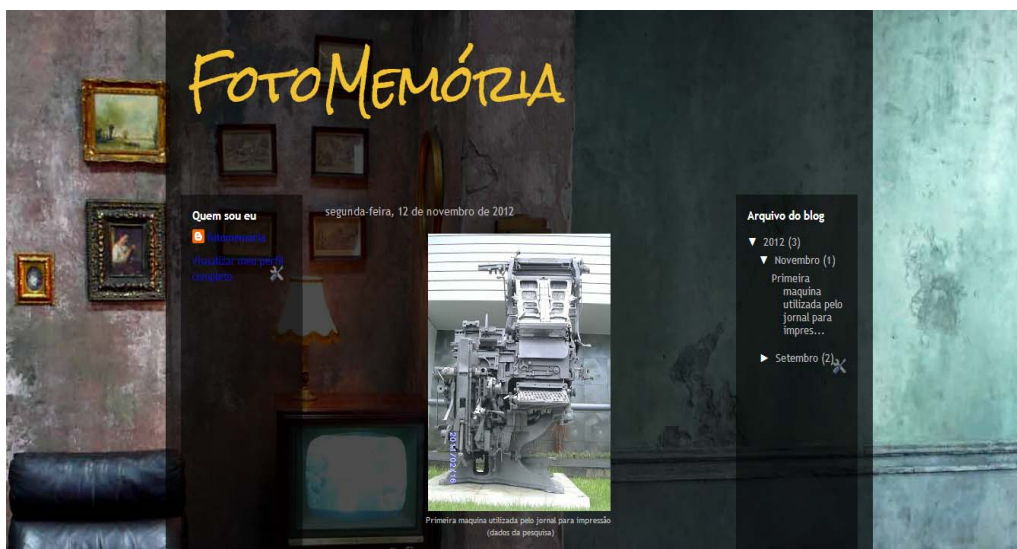
Outra maneira de contribuir com a construção da história social é fazendo os comentários em cada imagem. Se cada cidadão que tem interesse pelo blog e pela temática discutida, postar um comentário, explicando o que a imagem representa para a ocasião em que vivia no momento em que ocorreu a captura da fotografia, teremos um diálogo ente a imagem, que fala por si só, e o indivíduo.

O instrumento de difusão será divulgado através do facebook, com o intuito de atingir um grande número de pessoas que se identifiquem com o blog. A pretensão também é que seja divulgado na página do jornal paraibano, permitindo que tenha uma visibilidade maior, pois o blog passa a ser um diferencial da instituição, possibilitando que um número considerável de pessoas possam ter o interesse de conhecer o seu arquivo fotográfico. Indo mais além, o leitor da internet também se interesse em ver, também, o trabalho diário do jornal. Ou seja: a partir do blog, o interesse pelo jornal deve se expandir, fazendo com que a instituição “Correio da Paraíba” só ganhe: em termos de público e, ainda, de acessos ao seu conteúdo digital.

O blog busca a interação com o usuário, para que possa existir o retorno de tudo o que é disponibilizado (“postado”, na linguagem da internet) e que haja uma troca de informações. Isso, efetivamente, vai possibilitar a construção da memória social da cidade de João Pessoa, para que, aos poucos, ela possa ser construída, contemplando a visão do cidadão, que foi participante direto e indireto dessa história.

Abaixo, a imagem do blog FotoMemória

**FIGURA 5:** Blog: Fotomemória



**FONTE:** Dados da pesquisa.

O blog foi criado com o intuito de disseminar a memória social através das fotografias do jornal “Correio da Paraíba”. A página do blog FotoMemória pode ser visualizada no endereço e no link:

- [fotomemoriaarquivistica.blogspot.com](http://fotomemoriaarquivistica.blogspot.com)
- **<<http://fotomemoriaarquivistica.blogspot.com.br/>>**

O blog está disponível no idioma português (Brasil), sendo que seu layout é personalizado com uma imagem que nos lembra a sala da casa da avó, pelo seu aspecto antigo e repleto de memórias, através das fotografias expostas nas paredes.

As imagens que irão alimentar o blog foram cedidas pelo “Correio da Paraíba” e estão elencadas a seguir, de acordo com as categorias a que fazem parte.

### **Subcategoria: festas populares**

Nesta subcategoria abordamos as festas populares mais tradicionais na cidade de João Pessoa - Carnaval, São João, Festa das Neves e Natal -, cada uma com as especialidades e diferenças reveladas ao longo dos anos. Na fotografias do Carnaval, por exemplo, percebemos que passaram-se os anos, mas a tradição continua: a dança dos índios aparece em ambas as imagens.

Com relação às festividades juninas, podemos perceber que ainda existe a tradição das quadrilhas, que é mais forte na cidade de Campina Grande/PB. A Festa das Neves continua tradicional, porém, ao longo dos anos, vem sendo pouco prestigiada em relação a épocas passadas, em que grande parte da cidade tinha o hábito de participar do festejo. Já o Natal, no caso particular da cidade de João Pessoa, é comemorado especialmente nas casas e nas igrejas. Nas imagens relacionadas ao Natal, visualizamos uma missa na Igreja Católica e o Auto de Natal, tradicionalmente realizado na praça do Bispo.



FOTO 1: Carnaval – Índios (2002)



FONTE: Acervo do Jornal Correio da Paraíba

FOTO 2: Carnaval – Índios (2002)



FONTE: Acervo do Jornal Correio da Paraíba



**FOTO 3:** São João – Centro Histórico (2002)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba

**FOTO 4:** São João – Concurso de Quadrilha (2012)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba.



**FOTO 5:** Festa das Neves (2007)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba

**FOTO 6:** Festa das Neves (2012)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba



**FOTO 7:** Natal – Missa de Natal na Igreja Católica (2009)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba

**FOTO 8:** Natal – Auto de Natal no Palácio da Redenção (2011)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba

### Subcategoria: feiras e mercados públicos

Nessa categoria elencamos dois mercados públicos e uma feira. A seleção não foi feita pela relevância, pois a cidade possui uma gama de mercados públicos e feiras que fazem parte da história, mas, sim, pelas imagens disponibilizadas pelo “Correio da Paraíba” e que se encontram em meio digital. Inicialmente, vemos o Mercado de Mangabeira com uma estrutura um pouco danificada, e em seguida o mesmo mercado, mas já com uma aparência melhor. Depois, seguimos com a imagem do tradicional Mercado Central: primeiramente danificado e, logo depois, já reestruturado. Por fim, temos a imagem da tradicional Feira de Oitizeiro, que é bastante antiga, conhecida como “feira da troca”, e que continua a realizar suas atividades.

**FOTO 9:** Mercado de Mangabeira (2002)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba



**FOTO 10:** Mercado de Mangabeira (2012)



**FONTE:** Acervo do Jornal Correio da Paraíba

**FOTO 11:** Mercado central (2005)



**FONTE:** acervo do Jornal Correio da Paraíba